



BRASIL AGORA



ANO II Nº 36

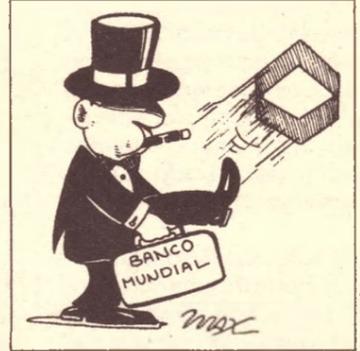
5 A 18 DE ABRIL DE 1993

CR\$ 28.000,00

BANZÊ NA RÚSSIA

Boris Yeltsin quer rapidez na adoção da receita capitalista, duela com o Congresso e por pouco escapa do **impeachment**. Mas vai ter que enfrentar o plebiscito.

PÁGINAS 8 E 9



MAX SANTOS

ESCÂNDALO
Gás da Bolívia contra Petrobrás.

PÁGINA 6

MOVIMENTOS
Vem aí a Central de Movimentos Populares.

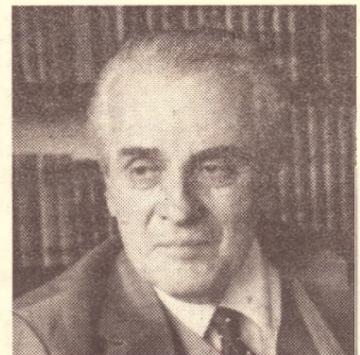
PÁGINA 10



DOUGLAS MANSUR

SINDICATOS
CONTAG E CUT discutem união.

PÁGINA 11



CÉSAR TIBERÉ/FI

ENTREVISTA
Goffredo defende ideal republicano.

PÁGINA 14

DIÁLOGO



CONTRA OS CORTES

Pediria ao **Brasil Agora** que, no caso de resumo, como aconteceu com a carta que enviei anteriormente, (ver nº 33, "Fique de Olho"), isso fosse declarado pelo jornal. Assim a responsabilidade fica dividida. A escolha de certas passagens no lugar de outras é subjetiva. No caso, por exemplo, foi selecionado o argumento econômico e o político foi deixado de lado. Foi uma opção, não seria a minha.

O artigo do Bernardo Kucinski, "Perfil de uma decadência", publicado no nº 32 do **Brasil Agora**, comenta sobre os mendigos de Londres: "Têm sempre um cachorro ao lado, talvez para protegê-los contra o assalto de um drogado ainda mais desesperado". Não é esta a explicação: na Europa, o indivíduo que tem um cachorro não pode ser preso. O cão é um salvo-conduto contra a polícia. E aqui, sou eu que não compreendo: será porque o mendigo é considerado arrimo do cachorro? Será que os pais de família gozam da mesma imunidade?

ZENIR REIS
São Paulo, SP

ORAÇÃO

Depois de ler a pérola que o camarada jogou a nós, porcos, no jornal **Folha de S. Paulo** (17/3), gostaria de conchamar toda a militância a orar a São Genoíno, padroeiro dos espertos.

São Genoíno, perdoai-nos com sua tão democrática piedade.

Perdoai os burros de espírito, que preferem fazer suas burrices na urna do que deixar a divina sapiência dos nobres deputados escolher os chefes de governo.

Perdoai-nos por não escolher o parlamentarismo, que nos daria o poder mais facilmente, logo após o milagre da multiplicação dos deputados que sua santidade se preparava para fazer.

Perdoai aos que fazem oposição burra a Itamar, apóstolo fiel de nossas idéias. Perdoai, eles não sabem o que fazem.

Perdoai, finalmente, a todos nós, burros petistas, se deixarmos impune alguém que, no jornal de maior circulação do país, avacalha com a militância e a democracia do PT.

ANTONIO LASSANCE JR.
Brasília, DF

SER OU NÃO SER?

Acordei do sonho, em pleno pesadelo. Fui, não sou mais petista. Antes, entretanto, que



VIAGENS A CUBA

A promoção de **Brasil Agora** que leva assinantes sorteados a Cuba já tem seus primeiros vencedores. **Benedito Adalberto Boleta de Oliveira** e **Cid Barbosa de Lima** foram contemplados, em sorteio público apurado dia 31/3, com

passagens de ida e volta à Ilha. Concorreram todos os leitores que fizeram assinaturas de apoio entre 21/1 e 31/3.

Brasil Agora oferecerá mais uma passagem para Cuba em 30/6. Para participar basta fazer assinatura de apoio até a data, ou ter feito a partir de 21/1.



esta decisão se realize, quero satisfazer meu desejo dolorido de dizer algumas coisas. Mesmo que elas sejam ouvidas apenas por uma destas pessoas que estão colaborando para a destruição do PT.

Como a maioria dos petistas sou presidencialista. E o motivo não é o desejo de ver o Lula na presidência. Porque a alegação de que o eleitor petista esclarecido do PT não vota em candidatos, mas em idéias, é bastante verdadeira. Sabemos que as qualidades e os defeitos do parlamentarismo e do presidencialismo se equilibram. Voto no presidencialismo porque sei que este parlamentarismo é proposto para evitar que as elites, principalmente os empresários de São Paulo, corram o risco de perder o controle da Nação para alguém comprometido com o povo.

Nós da base temos nossa inteligência forjada na luta de cada dia, na instrução conseguida às duras penas. Diferente da "inteligência" do deputado Genoíno e de outros líderes parlamentaristas que a conceituam a partir do apren-

dizado em Brasília, nos gabinetes e nas noitadas nas mansões do Lago, ou quem sabe no circo do Di Gênio. Não consigo entender a "inteligência" destes petistas.

No dia 17 de março, no horário eleitoral, tive a impressão de que o Maluf conseguiu a sua maior vitória. Sua apresentadora, que agora é a Hellen de Tróia do PT, teve a alegria de apresentar as "verdadeiras" lideranças que humilhavam as bases do partido - o PT burro, segundo o Genoíno, gritando contra o plebiscito interno. Para mim, foi o fim.

GUIOMAR DA COSTA BRAGA
São Paulo, SP

NR: O DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO (PT/SP) INFORMOU AO **BRASIL AGORA** QUE O DESABAFO EM QUE CHAMOU OS PRESIDENCIALISTAS DE BURROS FOI UMA REAÇÃO EMOCIONAL A PROVOCações DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/DF) E QUE JÁ PEDIU DESCULPAS PÚBLICAS POR ISSO.

CAVALHEIRO OU FEMINISTA?

Flávio Aguiar, além de sua incontida simpatia por Cuba, é sem dúvida um cavalheiro. Reprendido por Maria Berenice Delgado pelo fato de não

ter anunciado o filme *Testemunha de Acusação* como sendo do "mestre Hitchcock", agradeceu a lembrança. O problema é que a leitora errou e Flávio, por cavalheirismo ou feminismo, compactuou com o erro. *Testemunha de Acusação* é de um também mestre do cinema. Seu nome: Billy Wilder.

MARCO AURÉLIO GARCIA
São Paulo, SP.

NR: WILLIAM WYLER, E NÃO SE FALA MAIS NISTOR FLÁVIO AGUIAR, ALIÁS, JOHN WAYNE.

CADÊ OS RUMOS?

Em 1980, quando nos faltava uma estrada, o PT unificou os gritos soltos e o partido começou a tornar possível nossos sonhos da revolução.

Nesta mesma época, aqui em Três Marias, rastejávamos em nossas lutas e reivindicações. Tanto os pescadores como os camponeses eram tratados como se não fossem humanos. Depois de muita luta conseguimos as primeiras reuniões.

Em 1988 participamos da eleição para a prefeitura e perdemos por poucos votos para o PDC. O prefeito afundou e se perdeu nos próprios dejetos.

Depois de grandes enfrentamentos conseguimos tirar o prefeito definitivamente.

Em 1992 elegemos o prefeito, com um partido forte, apesar da militância estar recuada devido à elitização e às alianças que o PT vem fazendo em todo país.

Nós não queremos sair das ruas e nem deixar que os nossos revolucionários recuem das lutas e deixem o PT, construído com tanto sangue, mortes e choros, por causa de oportunistas e paraquedistas de direita que nunca tiveram compromissos com as lutas de classe.

JOSÉ AMARO DA SILVA
Três Marias, MG

TIETAGEM DEMAIS

A reportagem de Flávio Aguiar sobre as eleições em Cuba, publicada no **Brasil Agora** nº 34, pecou pelo excesso de tietagem ao carismático líder cubano, Fidel Castro. O resultado é que apesar do texto estar bem escrito é açucarado demais, desprovido de sentido crítico.

Na ânsia justa de gritar contra o impiedoso bloqueio econômico terminamos por beirar à ingenuidade. Nosso repórter vai às nuvens quando fala em erradicação da miséria e racismo. Tenha paciência, insinuar que em Cuba não há racismo é duvidar da inteligência dos leitores. Aliás, no que se refere ao machismo e ao racismo os cubanos ganham de nós, brasileiros. São manifestações culturais e existem tanto no capitalismo como no socialismo. O texto também não discute a ausência do pluripartidarismo e a liberdade de imprensa.

MILTON DANTAS
Patos, PB

VÁRIOS PETISTAS

Excelente a exposição do Valter Pomar intitulada "Os interesses da nação" publicada no **Brasil Agora**, nº 33. Ele expôs com nitidez o que vários petistas gostariam de dizer.

Faltou somente dizer uma coisa: a ministra entra em um jogo de cartas já conhecido, o enfraquecimento da esquerda pela cooptação.

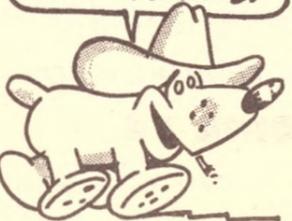
É fundamental o reconhecimento da contribuição de Erundina ao PT. Mas nada justifica a sua atitude individualista e o desrespeito à democracia do partido.

Quanto à "responsabilidade" do PT em relação ao governo Itamar, tão alardeada pela atual ministra, é uma idéia totalmente equivocada. É clara a separação entre a luta para o impeachment de Collor, um presidente cujo o limite para a corrupção foi inexistente, e o governo Itamar.

Aliás, já ficou provado que não é fazendo parte de governos que espalham migalhas de participação para a esquerda, com o objetivo de causar sensação de poder e manobrar a opinião pública, que será possível efetuar as transformações necessárias tão sonhadas por nós.

FÁTIMA FRIPP
Porto Alegre, RS

FMI, BANCO MUNDIAL... NÓS TAMBÉM TEMOS OS NOSSOS IMPERDÁVEIS!



DIRETOR: JOÃO MACHADO. EDITOR: JOSÉ AMÉRICO DIAS. EDITOR DE ARTES: CACO BISOL. REDAÇÃO: ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOLIZAR BENEDITO, VALTER POMAR. SECRETARIA: ADÉLIA CHAGAS. SUCCURSAL RIO GRANDE DO SUL: LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. COPIDESQUE E REVISÃO: CELSO CRUZ. DIGITAÇÃO: ELIZABETE D. DA SILVA. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: SILVANA PANZOLDO E JOTA MARANHÃO. PRODUÇÃO GRÁFICA: FABIANO CIAMBRA. COLABORADORES: ALAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOISIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, ELIANA ALVES DE MORAES, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HELIO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SEIXAS, ISAAC ARCELRUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOU, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNUS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTU, RUI FAICÃO,

BRASIL AGORA

RUTH BUENO DE ARAUJO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GIETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO/SP. FONES: 222.6318/222.4326/220.7718. FAX: (011-

222.2865. ADMINISTRAÇÃO: M^º ALICE DE P. SANTOS. ASSISTENTE: IVANILDA ALVES. DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO/COORDENAÇÃO GERAL: MARIA ODEITE G. DE CARVALHO, JOSÉ LUIS NADAI. GERENTE DE DESENVOLVIMENTO: PAULO M. SOLDANO. GERENTE DE MARKETING: ÉDER DE ARAUJO SANTOS. ASSINATURAS: ANA MARIA ALVES, GUIBA GENESTRA (DIGITAÇÃO), PAULO E. SOLDANO, MÔNICA MENDES MARTINS, ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES, REINALDO LAFORDYA, ELIZABETE BERNARDO (RIO DE JANEIRO 021-222.4818), JOSÉ VITAL (FORTALEZA 085-252.1992), MOISÉS BALESTRO (PORTO ALEGRE 051-2217733), JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (BELEM 091-224.8579), ANTONIO DE PÁDUA BORGES (CEBOLA) (BELO HORIZONTE 031-222.3811). EXPEDIÇÃO: JOÃO A. GUEVARA. SERVIÇOS GERAIS: ELISLANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES.

IMPRESSÃO: DIÁRIO DE MOGI. DISTRIBUIÇÃO: DINAP S/A. TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 01 DE ABRIL DE 1993. JORNALISTA RESPONSÁVEL: JOSÉ AMÉRICO DIAS

Alianças sem afoitezas

Qualquer um que compre jornal para ler mais que a página dos quadrinhos sabe que o presidencialismo e a república têm vitória certa no plebiscito de abril, e que com isso a agenda política já é dominada pela sucessão presidencial. Para o PT, pensar a sucessão presidencial exige colocar no centro das discussões dos encontros estaduais e nacionais três questões da maior importância: o programa de governo, a política de alianças e a campanha eleitoral.

PROGRAMA. A essência do programa apresentado em 1989, que batizamos de democrático-popular, deve ser mantida, atualizada e apresentada às outras correntes

progressistas e ao conjunto da sociedade como opção para tirar o Brasil da crise em que se debate há mais de uma dúzia de anos. Essa essência é representada por um conjunto de propostas corajosas que trarão uma transformação profunda ao panorama econômico, social e cultural do país, permitindo que o Brasil retome o crescimento econômico, combatendo a miséria e reduzindo as desigualdades sociais e regionais que não cessaram de se agravar nos últimos doze anos. Tudo isso num contexto de aprofundamento e radicalização da democracia e da participação da população na condução dos destinos do país.

POLÍTICA DE ALIANÇAS. Desde o V Encontro Nacional está claramente definido que o partido trabalha para unir um amplo leque de forças sociais e políticas que permitam pôr em prática um programa de transformação da sociedade brasileira. Nas sucessivas eleições de que temos participado desde então (as municipais de 1988 e 1992, a presidencial de 1989 e estadual em 1990), essa política de alianças tem sido exercitada com maior ou menor acerto ou profundidade. Há muitos exemplos de alianças amplas e bem sucedidas, particularmente em alguns municípios, entre os quais aquele que no momento tenho a honra de dirigir. Por outro lado, po-

demos lembrar as dificuldades para montar coalizões progressistas nas eleições para governador.

Reconhecendo a necessidade de realizar uma ampla e generosa política de alianças, deve estar claro que são as alianças que se subordinam ao conteúdo do programa. Jamais o contrário. Nós não temos que procurar aglutinar forças para depois vermos se elas concordam com um determina-

do programa. Devemos é apresentar um programa, discuti-lo sem ranzinzes e unir as forças necessárias para que possamos vencer as eleições e executar o programa. O contrário seria copiar o velho oportunismo eleitoral da maioria

dos partidos políticos do país e descaracterizar o Partido dos Trabalhadores.

CAMPANHA PRESIDENCIAL. Essa questão também se subordina ao conteúdo do programa. Se nós vamos propôr ao país profundas e corajosas transformações sociais, a própria campanha deve ser concebida como um momento de organização e mobilização de forças para garantir que o governo eleito possa aplicar seu programa. Isso se traduzirá não só em vitória do nosso candidato e em reforço das bancadas progressistas no Congresso Nacional, mas também em pré-condições para uma nova relação do Congresso e do poder Judiciário com a sociedade.

Ao mesmo tempo em que preparamos essas discussões para os encontros do nosso partido, temos que estar atentos às ofensivas das correntes reacionárias. Temerosas da possível vitória da candidatura Lula, elas tentam se antecipar e atacam em duas frentes: restringir e diminuir os poderes da presidência e realizar a revisão constitucional antes das eleições de 1994, aproveitando o predomínio conservador na atual composição do Congresso Nacional. Mas isso já é assunto para outro artigo.

* DAVID CAPISTRANO é prefeito de Santos

As alianças do PT devem estar subordinadas ao seu programa. Fazer o contrário será oportunismo



O engodo das patentes

Estará na pauta da Câmara dos Deputados nestes próximos dias, o Projeto de Lei 824/91 que trata do novo Código de Propriedade Industrial. Que é o direito de propriedade obtido mediante registros nos órgãos competentes de um determinado conhecimento ou produto, pelo seu autor. Só poderão ser patenteadas invenções ou criação de algo que não exista, o chamado "princípio da criatividade".

O projeto em tramitação é de origem do ex-presidente Collor e tem por finalidade entregar os direitos de pesquisa ou patenteamento de seres vivos para as multinacionais.

Aparentemente, este projeto tratava-se de uma questão sem maiores implicações. Uma espécie de atualização da legislação brasileira, necessária diante dos avanços da ciência e da tecnologia nos últimos 20 anos.

Logo, porém, começaram a aparecer pressões externas por todos os lados e os lobbies das multinacionais intensificando sua atuação em Brasília, o que caracterizava que a questão do patenteamento ia muito além de uma simples "revisão" do Código de Propriedade Industrial, pois o projeto estabelece o patenteamento nas áreas de fármacos, medicamentos, alimentos, abrindo uma brecha para que se torne possível o patenteamento da vida, legislando, assim, sobre questões delicadíssimas (que têm inúmeras implicações econômicas, ecológicas e éticas).

MULTINACIONAIS. A aprovação desse Projeto de Lei é uma exigência do FMI, e se enquadra na política neoliberal do ex-presidente Collor e de Itamar Franco, de privatização e "liberdade de

mercado". A Lei de patentes interessa diretamente ao capitalismo mundial, em especial ao capitalismo norte-americano.

Pobres em recursos genéticos, os países da Europa, o Japão e os Estados Unidos aproveitam-se de políticas neoliberais para explorar a vida no hemisfério Sul, onde se concentra 60% da biodiversidade mundial.

Na área da agricultura e pecuária, o domínio se dará através da produção artificial de sementes e animais, combinando diversas características genéticas.

E aí é que entra a questão das patentes. Tendo o direito de registrar como invento essas combinações e descobertas, as indústrias cobrarão sempre pela produção dessas plantas e animais, e dominarão assim a própria vida, porque terão, legalmente, controle sobre a reprodução. Assim, também, acontecerá nas outras áreas.

CONSEQÜÊNCIA. O aumento dos preços dos produtos controlados pelas empresas que detêm o invento acabará com a indústria nacional nas áreas de química, farmácia e eletrônica; acabará com a área das pequenas agropecuárias nacionais e do governo, pois assim será substituída pelo que vier pronto de fora; vai monopolizar ainda mais as indústrias nacionais; as pequenas produções serão afetadas diretamente e as produções de alimentos estarão voltados diretamente ao lucro e não mais para saciar a fome e as necessidades de nosso povo.

É por estas razões que o Partido dos Trabalhadores votará contra o projeto do governo.

* ADÃO PRETTO é deputado federal do PT/RS

TRISTE ANIVERSÁRIO

É inevitável lembrar nesta edição que chega aos leitores nos primeiros dias de abril um triste aniversário: o do golpe militar de 31 de março de 1964. Há exatos 29 anos, a cúpula das Forças Armadas, com o apoio das elites brasileiras e setores da classe média - e com a providencial ajuda norte-americana - mergulhou o país num período de sombras. O arbítrio e o autoritarismo acabaram com a democracia e as liberdades mais elementares - prenderam-se e torturaram-se pessoas; cassaram-se mandatos; censurou-se a imprensa, o cinema, o teatro, a música e até livros escolares. Milhares de opositores, a maioria jovens, foram mortos ou tiveram que suportar o exílio. Mas isso não foi tudo. A repressão política teve finalidades e interesses muito concretos: nunca, em tão pouco tempo, o Brasil subordinou-se tanto ao capitalismo internacional; nunca, também, concentrou-se tanto a renda.

Vinte anos depois, o movimento das diretas - umas das maiores manifestações cívicas do pós-guerra no mundo - acabou com a ditadura e abriu um horizonte novo em nossa história. Infelizmente, os problemas fundamentais do país continuaram: cinco anos de Sarney e sua Nova República, e dois com Fernando Collor, não só não resolveram como permitiram que se agravassem a fome, a miséria, a concentração de renda e a violência. A diferença hoje é que as liberdades que conquistamos asseguram as condições mínimas para a luta de nosso povo e a existência de sindicatos, partidos e entidades democráticas. Por aí, com certeza, constrói-se uma saída para o Brasil. Num país onde 60 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza absoluta isso pode ser considerado insuficiente. Mas é razão para um forte sentimento de esperança no futuro. E isso nunca é pouco.

EDITOR

O fantasma está no ABC

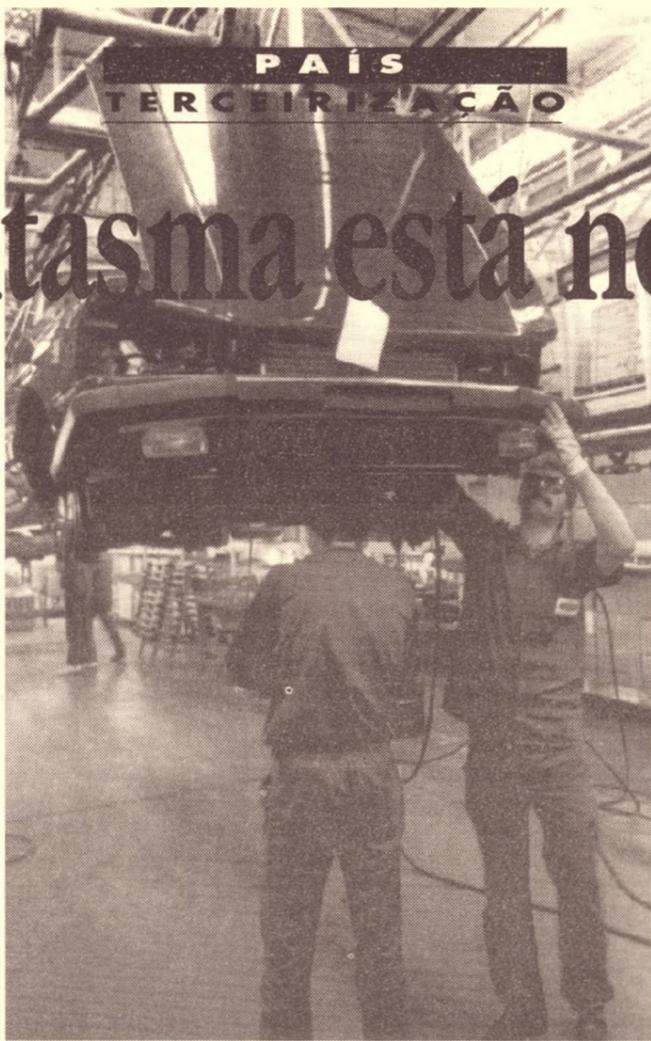
A subseção do Dieese do Sindicato Unificado dos Metalúrgicos do ABC confirmou dia 24 algo de que já se suspeitava. A terceirização - série de procedimentos adotados pelas empresas para reduzir salários e em especial golpear a unidade dos trabalhadores e o poder de suas entidades - chegou com força ao principal centro das lutas operárias do país nas duas últimas décadas.

Muito escutada - mas pouco compreendida ou debatida - pelos que participam ou se interessam pelo movimento sindical, a terceirização consiste na transferência para "terceiros", por grandes empresas, de parte de suas atividades para uma companhia subcontratada, com conseqüente desativação de setores e demissão ampla de assalariados.

ARROCHO MAL DISFARÇADO. Segundo os defensores da modernidade capitalista, a terceirização visa reduzir custos e melhorar qualidade. Logo em suas primeiras páginas, o documento do Sindicato dos Metalúrgicos

destaca, no entanto, que "as empresas fazem da tendência um novo campo de ataque aos direitos e às conquistas históricas dos trabalhadores (...). A resistência é necessária, na medida em que essa nova moda disfarça a intenção de arrochar salários e reduzir conquistas sindicais, degradando as condições de trabalho e contribuindo para a redução dos níveis de emprego".

A pesquisa conduzida pelo Dieese parece levar às mesmas conclusões. Um questionário detalhado foi entregue às comissões de fábricas e delegados sindicais das empresas da região, e respondido



PARIZOTTI

O ataque das empresas aos direitos sindicais chega ao centro da luta operária

por doze das 26 existentes. Em todas estas, sem exceção, estão em curso processos de terceirização.

conseqüências são visíveis, de acordo com a pesquisa. Em 92% das indústrias que terceirizaram houve redução de salários, em

58% os benefícios foram reduzidos, em 42% a segurança no trabalho declinou, e em 33% ampliaram-se as jornadas de trabalho, apesar da recessão.

O documento do Sindicato dos Metalúrgicos chama atenção para a quebra do poder sindical, mais difícil de constatar através dos números. "Mediante a redefinição legal do enquadramento sindical", lembra, "os trabalhadores terceirizados passam a constituir categoria diversa dos demais companheiros da fábrica". Às vezes isso chega a ocorrer com "funcionários que são demitidos da chamada empresa-cliente, e recontratados via empresa independente constituídas ou por eles mesmos ou pelo antigo gerente da área". A recontração, prossegue, "é baseada na degradação das condições de trabalho".

Para enfrentar o fantasma, o Sindicato revela que está debatendo em toda a região algumas propostas básicas. Entre elas está a de "lutar pelo enquadramento sindical como metalúrgicos dos trabalhadores terceirizados".

GOLPE CONTRA SINDICATOS. As

ANTONIO MARTINS

PRIVATIZAÇÕES

Itamar na trilha de Collor

A venda de estatais está de volta, com moedas podres e suspeitas de irregularidades aos montes

Pode ter terminado antes do que se previa a resistência tímida e fugaz que o governo Itamar Franco opôs ao programa de privatizações iniciado por seu antecessor. Em 19 de março o BNDES entregou ao Grupo Odebrecht pelo preço mínimo de US\$ 86,1 milhões (98% em moedas podres) a participação da Petrobrás na Poliolefinas, uma das mais importantes indústrias petroquímicas do país. No dia 31, quando encerrávamos esta edi-

ção, tudo fazia crer que seria vendida dois dias depois a Cia. Siderúrgica Nacional.

Suspenso durante cerca de três meses, o Programa Nacional de Desestatização (PND) parece voltar com força total - inclusive uso farto de moedas podres e denúncias de irregularidades. Os primeiros sinais haviam surgido logo após a nomeação do ministro Eliseu Resende. Preocupado em tranquilizar os grandes grupos econômicos, o presidente autorizou-o a anunciar no Senado, um programa econômico de quinze pontos que incluía o "aprofundamento" da política de venda de estatais.

ODEBRECHT CONTEMPLADA. Dito e feito. Dias depois a Comissão Diretora anunciou as novas datas para os leilões da Poliolefinas e da CSN, que estavam suspensos. A primeira empresa foi a leilão apesar de uma pendência jurídica que o BNDES e de uma suspeita de



LUSCAR

O próprio vice-presidente da Comissão Diretora do PND, João Agripino Maia, denunciou que o grupo tinha tomado decisões precipitadas. Segundo o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), Maia revelou-lhe também que uma das avaliações do patrimônio da siderúrgica havia sido adulterada, para disfarçar diferença de mais de 25% entre dois laudos, que obrigaria a nova avaliação.

A tudo isso o presidente Itamar Franco parecia fechar os olhos. Em 30/3 ele confirmou o leilão da empresa, e autorizou os compradores a integralizarem 96,2% do capital em moedas podres - só 3,8% precisavam ser pagos em dinheiro vivo. No mesmo dia, a ministra Yeda Crusius declarou em Frankfurt que o governo brasileiro estava disposto a *aprofundar e estender para outros setores as privatizações*. Citou em especial os portos e as hidrelétricas.

A.M.

maracutaia. O Sindicato dos Petroquímicos do Rio denunciou dias antes que o Bank of America vendera, numa operação com cláusula de sigilo, as ações da empresa de que dispunha para o Grupo Odebrecht.

Além de dar ao conglomerado controle virtual da Poliolefinas, a operação tornava evidentemente irregular o edital de pri-

matização. A irregularidade era tão flagrante que um juiz federal chegou a suspender o leilão, novamente remarcado em duas horas, após intensa mobilização do BNDES e do Advogado-geral da União.

Na venda da CSN pareciam igualmente misturar-se decisões políticas contrárias aos interesses do país e atos suspeitos.



SINDICATO BEM EQUIPADO FALA MAIS ALTO

Agora é fácil falar mais alto... A DISK SOM tem o aparelho ideal para suas necessidades. Nunca a comunicação foi tão simples e teve tanta qualidade.

RAPIDEZ, SEGURANÇA, ECONOMIA
TESTADO E APROVADO PELOS NOSSOS CLIENTES:
METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA
METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO
CONDUTORES DE SÃO PAULO
QUÍMICOS DE SÃO PAULO
PLÁSTICOS DE SÃO PAULO
PREVIDENCIÁRIOS DE MATO GROSSO DO SUL
FERROVIÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO
RURALS DE XAPURI/AC
AEROVIÁRIOS DE RECIFE
BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL/RS

DISK SOM Comércio e Manutenção Ltda.

Rua Silveira Martins, 12 - Fone (011) 34.7244 - Fax (011) 35.0717 - CEP 01019-000 - SÃO PAULO/SP

Matar índio não dá cadeia

Júri inocenta mandante do assassinato de Marçal, líder Guarani



Assim vivem muitos Guarani no Mato Grosso do Sul

Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, divisa com o Paraguai. O dia 29 de março deste ano amanheceu diferente. A cidade cheia de policiais das mais diversas, carros último tipo - nada de "carroças" nacionais - por todo lado, com fazendeiros excitados. Era o dia do julgamento do mandante do assassinato do líder indígena Marçal de Souza Tupã-I, o Guarani que ficou famoso por ter sido recebido pelo Papa em sua viagem ao Brasil, em 1982, mas que tinha muitos outros motivos para ser conhecido: era culto, falava várias línguas fluentemente e defendia seu povo com honestidade, era um líder autêntico, que não cedeu a propostas de suborno nem a chantagens e ameaças.

Marçal foi assassinado em 25 de novembro de 1983, por dois pistoleiros - Rômulo Gamarra e João Índio - contratados pelo fazendeiro Líbero Monteiro de Lima. Um tiro na boca, quatro no peito e vários outros por toda parte do corpo. Os assassinos refugiaram-se no Paraguai e estão livres. O mandante nem precisou se refugiar. Só depois de dez anos, com muita pressão até internacional, ele foi a julgamento. Daí a excitação de Ponta Porã.

A Rádio Fronteira falava o dia inteiro no julgamento "do índio Marçal", e não do fazendeiro Líbero Monteiro. Jornalistas e outras pessoas de fora eram provocados como defensores de "índios pílentos" que "deviam ser todos mortos".

O JULGAMENTO. Num salão da Câmara de Vereadores, cedido para sediar o júri, além de muitos fazendeiros aliados do réu, havia muitas mulheres - "madames" e filhas dos fazendeiros - que desfilavam rescendendo a perfumes provavelmente contrabandeados do Paraguai. Um clima totalmente favorável ao réu. Neutros ou contrários, só oito jornalistas (4 deles do exterior) e quatro representantes dos índios (40 entidades pediram credenciais, mas só foi permitida a entrada desses quatro).

O promotor Ademar Mobrún de Carvalho Neto começou sua "acusação" dizendo que "é certo que índio causa problemas, bebe, tem piolho e sarna e vive perambulando, mas índio é brasileiro e, como todo brasileiro, deve ser protegido pelo Estado". Parecia estar cumprindo uma formalidade que lhe contrariava. Como disse o advogado de acusação Luís Eduardo Greenhgh, com um promotor desses, nem precisava ad-

vogado de defesa. Aliás, para mostrar que nem só à direita cabe a culpa do que houve em Ponta Porã, o advogado de defesa era um ex-dirigente da OAB, filiado ao PPS (ex-PCB), Renê Siufi, que conseguiu, sem muito esforço, transferir a culpa do assassinato a dois índios da própria tribo do Marçal, um deles sogro do líder assassinado, livrando o fazendeiro Líbero da culpa. Por seis votos a um, o réu foi inocentado pelo júri. Seguindo-se à leitura da decisão, à meia-noite (o julgamento começou às 11:15h da manhã) policiais, fazendeiros

interessados em ocupar terras indígenas e o próprio réu comemoraram e vibraram juntos. O resultado de um julgamento racista numa cidade racista.

REVOLTA CONTIDA. Os duzentos índios que viam o julgamento do lado de fora, por um telão, vigiados pela Funai (que devia estar ao lado deles), deram as costas e foram embora, com suas rezas guaranis. Foram sabendo o que podem esperar da justiça dos brancos, e o que esperar dos fazendeiros que querem suas terras. E confirmaram que matar índio não dá cadeia mesmo. O próprio fazendeiro Líbero continuava já antes do julgamento invadindo terras indígenas com seu gado.

Ponta Porã voltou ao normal, ao silêncio, em menos de uma hora. Nada semelhante a Los Angeles, onde o julgamento de brancos que espancaram um negro, por um júri de brancos, inocentou os agressores, gerou um caos na cidade. Os índios Guarani, pacíficos, voltaram às suas tribos. Muitos deles não se conformando em continuar usados para tiro ao alvo. Ponta Porã não é Los Angeles, mas, quem sabe, um dia pode ficar parecida.

MOUZAR BENEDITO
(Colaborou Cácia Cortêz)

PARTIDOS

PT prepara seu 8º Encontro

Questões básicas para o Partido estarão em discussão

A sucessão presidencial pode virar o tema principal do 8º Encontro Nacional. Entre 11 e 13 de junho, aproximadamente 550 delegados do PT estarão reunidos em Brasília, e se o plebiscito aprovar o presidencialismo, Lula poderá ser lançado virtual candidato à presidência.

A pauta inclui o Momento Político e a Conjuntura, o Programa Estratégico Alternativo, o novo estatuto e a eleição da nova direção. Será feito um balanço da atuação do Partido e da situação política de 1989 a 1993, além de projeção até 1995. As teses para o encontro serão distribuídas até o início de maio, antes dos encontros estaduais.

O documento base do estatuto poderá receber emendas até de caráter

substitutivo global. A bancada federal, prefeitos, líderes das bancadas estaduais e membros da coordenação nacional podem participar como observadores; serão convidados representantes de partidos políticos, personalidades brasileiras e representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) além de partidos políticos estrangeiros.

QUESTÕES IMPORTANTES. Segundo o presidente da Coordenação do Encontro, Vitor Salazar, alguns diretórios como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, deputados, sindicalistas e personalidades petistas que influem dentro e fora do partido terão grande peso. Isto porque o crescimento do PT leva até mesmo o debate interno a influir na

sociedade. Ele avalia que as coligações eleitorais de 1994 absorverão grande parte dos debates: "Teremos que definir nacionalmente se elas serão nacionais e como trabalhar as disputas regionais."

Outro ponto de peso será a reorganização partidária. Entre várias questões, vai-se discutir como investir ou priorizar recursos para os meios de comunicações nacionais e regionais do partido, e a criação de mecanismos para maior participação dos setoriais - movimentos étnicos, moradia, transporte, ecologia e outros - e mecanismos para agilizar as relações entre as bancadas parlamentares e os diretórios. Também será discutida uma grande campanha de filiação ao PT.

HAMILTON CARDOSO

DE MADRUGADA, PENSANDO O FUTURO

Os guardas noturnos da bucólica rua Sá Rocha, no Alto de Pinheiros, em São Paulo, não devem ter entendido nada. Quase duas horas da manhã, um bando de jornalistas na calçada ainda aguarda a saída de um bando de empresários reunidos até aquela hora para discutir o futuro do país. O que havia de tão estranho nisso? É que, no meio do bolo dos empresários responsáveis por uma boa fatia do PIB brasileiro, estavam também algumas figurinhas raras para os guardas noturnos: Lula, Mercadante, Vicentinho e o nosso lorde Marco Aurélio Garcia. Logo na chegada, ficou todo mundo olhando feio para mim, como se fosse o responsável pela presença não desejada dos coleguinhos da imprensa. Era uma reunião reservada e, por mais interesse que tenham em conversar com o PT, alguns empresários não gostaram nada de encontrar jornalistas testemunhando o encontro.

Pois bem, a conversa estava tão animada que prosseguiu na calçada, onde os incansáveis jornalistas continuavam à espera de informações madrugada adentro. Coisas de repórter, eu diria. Lá pelas tantas, Aloizio Mercadante e Paulo Setúbal Neto, meu colega de escola no Santa Cruz e hoje um dos manda-chuvas do império Itaú, davam entrevistas lado a lado, cada um expondo suas idéias sobre um tema comum: como fazer para tirar o país do buraco. Ninguém ali alimentava ilusões de que iria convencer o outro lado do acerto das suas propostas. São histórias de vida diferentes, muitas vezes conflitantes, mas quem tropeçasse naquela conversa da calçada poderia imaginar que se tratava de um encontro de velhos amigos de escola, lembrando os tempos em que todos eram mais felizes, embora tivessem seguido caminhos distintos na estrada da vida.

O grandão Setúbal, desengonçado e voz de trovão como o pai, o ex-prefeito Olavo, parecia mais revoltado com a situação do país do que todos nossos companheiros juntos. Muitos ali já se conheciam. Cláudio Bardella lembrou que seu diálogo com Lula já dura 16 anos. Carlos Jereissati e Vicentinho, Aloizio e quase todos os vinte empresários ali presentes já se encontraram em incontáveis debates sobre os rumos do país e, pelo menos num ponto, estão hoje todos de acordo, como disse o Lula: ninguém tem uma saída mágica, não há fórmula milagrosa e o país só saíra desse monumental buraco em que se afunda, governo após governo, quando todos os agentes políticos e sociais encontrarem civilizadamente uma saída negociada para gerar e distribuir riqueza.

Morto de sono, sugeri que a conversa continuasse outro dia. Afinal, não seria ali, ainda mais àquela hora, que se encontrariam saídas para o nosso caminhar de impasses. A conversa está só começando e promete ir longe. Não há outro jeito. Sem isso, pode-se até ganhar a próxima eleição, mas não se governa, não se sai do lugar, não se muda este cenário dantesco de 35 milhões de miseráveis - mais do que uma Argentina - deserdados na oitava economia do mundo. Só o Brizola e o Maluf ainda ficam indignados quando descobrem com quem o PT está conversando. O Brasil contemporâneo do capital e do trabalho neste final de milênio já vai se habituando com essa idéia de que é preciso conversar, sem ódios nem preconceitos, mesmo na divergência, e sem abrir mão de princípios, valores e ideais, sem medo de ser feliz. No dia seguinte, tínhamos um encontro com colonos gaúchos e os sem-terra em greve de fome lá em Porto Alegre. A um e outro Brasil, o PT é hoje o único partido que pode levar a mesma mensagem de esperança num futuro melhor, alicerçada em propostas concretas e credibilidade, construindo a ponte entre os tem-tudo e os sem-nada, entre a utopia e a dura realidade.

O Brasil entra pelo cano

O gasoduto Bolívia-Brasil pode ser mais uma obra para favorecer grupos privados

Desde o início de março, as principais lideranças nacionais dos petroleiros estão envolvidas numa campanha que não irá resultar em um único centavo a mais nos envelopes de pagamento, nem vai provocar elogios fáceis na grande imprensa. Elas lançaram, através do Movimento Nacional em Defesa do Sistema Petrobrás, uma campanha para questionar o acordo que o presidente Itamar Franco firmou em 16 de fevereiro com seu colega boliviano Jaime Paz Zamora, para importação de gás. Os protocolos poderão resultar na construção de um gasoduto ligando Porto Suarez, na Bolívia, a Campinas, no interior de São Paulo.

O gasoduto tem seu charme. A obra foi objeto de uma série de seminários em São Paulo, promovidos em conjunto pelo governo Fleury e a Fiesp. O Banco Mundial promete financiá-la, desde que obedecidas certas condições.

BOM PARA AS ELITES. Os petroleiros, no entanto, suspeitam que por trás do alegado desejo de "promover a integração regional", e unir países irmãos, estejam interesses de setores das elites brasileira e boliviana. Pensam que, se concretizado segundo o atual projeto, o gasoduto pode representar sério prejuízo à Petrobrás, e atraso nos investimentos necessários para que o Brasil alcance a auto-suficiência em petróleo. E lembram que tanto o Banco Mundial quanto o governo Fleury já deixaram clara sua intenção de servir-se da obra para questionar o monopólio estatal no setor, assegurado pela Constituição.

Não se trata de questionar o emprego do gás natural como combustível alternativo, afirmaram os coordenadores da campanha dos petroleiros. Empregado em todo mundo há algumas décadas, o produto substitui com vantagens notáveis alguns derivados do petróleo.

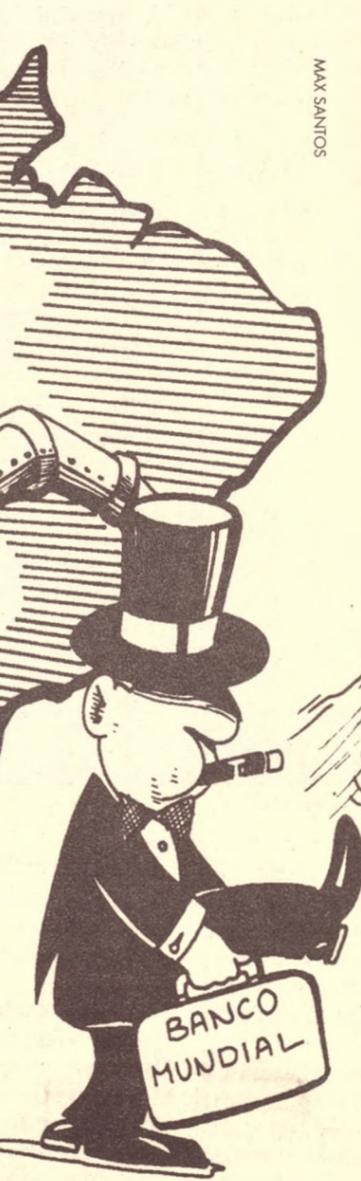
O professor Oswaldo Sevá, docente da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp e assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, destaca que ele é menos poluente que a grande maioria dos combustíveis, por possuir teor baixíssimo de enxofre e quase não produzir

resíduos. Como pode substituir tanto o óleo diesel usado no transporte coletivo como o óleo combustível das indústrias e até mesmo o carvão empregado em termoelétricas para geração de energia, é considerado de enorme utilidade, em especial nos grandes centros urbanos.

De olho nessas vantagens, complementa o professor, países de todos os continentes têm realizado imensas obras, nos últimos anos, para aproveitar seus potenciais de gás natural.

MAL EXPLICADO. Há, no entanto, um emaranhado de questões estranhas e obscuras envolvendo o tubulão de 1.800 quilômetros e 75 centímetros de diâmetro que os governos brasileiro e boliviano pretendem estender entre os dois países. Em primeiro lugar está o próprio trajeto da obra.

Se o objetivo é assegurar através de fontes externas necessidades de consumo presumivelmente muito superiores às atuais, argumentam os petroleiros, nada mais inconseqüente que tal obra. Para concretizá-la serão necessários, segundo estudos do próprio governo brasileiro, cerca de 2,08 bilhões de dólares, o que seria suficiente para colocar em operação os campos de Marlim



MAX SANTOS

culou em artigo que publicou na *Folha de S. Paulo*, que "o faturamento anual do empreendimento seria de apenas 10% do investimento" - cerca de 1/3 da taxa de juros mais baixa cobrada no país.

Um estudo de técnicos da Petrobrás chama atenção para outro dado intrigante. A mesma bacia sedimentar onde estão localizados os depósitos bolivianos de gás natural estende-se pelo norte da Argentina. Nesse país, no entanto, as reservas são quatro vezes maiores: 755 bilhões de metros cúbicos. Nada justificaria, do ponto de vista dos interesses do país e da Petrobrás, executar com enorme

esforço uma obra que tornaria o país dependente do produtor com menor capacidade de abastecer as necessidades nacionais.

PETROBRÁS É O ALVO.

Ainda que a decisão mais correta fosse investir na importação de gás natural, o documento dos técnicos da Petrobrás sugere que o governo poderia optar por um gasoduto com outro trajeto: passando pelo Paraguai, por exemplo. As vantagens seriam múltiplas. Além ter acesso à produção argentina e boliviana o trecho da obra em território brasileiro ficaria reduzido de 1.200 para 550 quilômetros, com custo reduzido mais de 50%!

Faltam elementos, no entanto, até mesmo para assegurar que a produção nacional é insuficiente para satisfazer as necessidades internas. O engenheiro Fernando Siqueira, integrante do Departamento de Produção da Petrobrás e membro da Associação dos Engenheiros da estatal - Aepet -, destaca que a decisão de acelerar os estudos para construção do gasoduto foi tomada no governo Collor, com base em cálculos de consumo provavelmente superestimados.

"As próprias reservas nacionais, de 180 bilhões de metros cúbicos, são superiores às da Bolívia", lembra Siqueira, "e estão sendo subaproveitadas, porque a demanda atual é inferior à produção".

Se são tantos fatores que a desaconselham, que interesses

haveria, então, por trás da construção do gasoduto até a Bolívia? O professor Rogério Cerqueira Leite, cauteloso, não arrisca um parecer definitivo. Afirma com ênfase, no entanto: "Não acredito que o atual projeto tenha estudo de viabilidade econômica; do contrário, haveria interesse em apresentá-lo à sociedade, até para rebater as críticas".

O engenheiro Fernando Siqueira vai adiante. Ele acompanhou, no ano passado, uma série de articulações, desencadeadas pelo governo do estado de São Paulo e pela Fiesp, que precedeu a assinatura dos acordos com a Bolívia. Lembra que a tônica era sempre a crítica à Petrobrás, acusada de "desprezar a importância do gás natural". E formula duas hipóteses.

Segundo uma delas, grandes empresários poderiam estar pleiteando ampliar as alternativas para seu próprio abastecimento de energia, às custas da Petrobrás. Importado o gás boliviano pela empresa, que estatutariamente está obrigada a "atender aos interesses estratégicos do país", surgiriam pressões políticas para que o preço cobrado dos consumidores industriais fosse inferior ao próprio custo - como ocorre, por exemplo, com a energia fornecida às usinas de alumínio.

ATAQUE AO MONOPÓLIO.

A outra hipótese de Siqueira é ainda mais grave. Se a Petrobrás seguir o que recomendam os estudos técnicos, e relutar em construir o gasoduto, o fato poderá ser empregado como pretexto para lançar uma campanha ainda mais ampla pelo fim do monopólio estatal do petróleo. A ela se somaria o Banco Mundial.

Atentos aos fatos, os petroleiros mantêm e ampliam sua campanha. As denúncias que formularam, em primeiro lugar no Paraná, foram assumidas pelo Comitê Estadual em Defesa do Patrimônio Público, uma ampla articulação de entidades e partidos. Além disso, a Assembléia Legislativa do Paraná decidiu constituir comissão especial de investigação. Está prevista para as próximas semanas o início de um movimento de âmbito nacional para questionar o gasoduto.

ANTONIO MARTINS

JORNALISTAS e REVOLUCIONÁRIOS

NOS TEMPOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA
de BERNARDO KUCINSKI

Um livro polêmico, 400 páginas de narrativa imperdível. A história da imprensa alternativa dos anos 70 e dos partidos clandestinos que a apoiavam.

Venda direta do autor para o leitor, com 25% de desconto sobre o preço das livrarias. Apenas Cr\$ 324.000,00.

Preencha o cupom e envie-o juntamente com seu cheque nominal a favor de Bernardo Kucinski. Você receberá o livro em casa, por correio, remessa registrada.

Para mais informações, ligue (011) 263.8859.

SR. BERNARDO KUCINSKI
CAIXA POSTAL 61050 CEP 05071-970 SÃO PAULO/SP
PEÇO QUE ME ENVIE _____ EXEMPLAR(ES) DE "JORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS"
ESTOU JUNTANDO O CHEQUE DE PAGAMENTO, NOMINAL E CRUZADO.

NOME: _____

ENDEREÇO PARA ENTREGA: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

ANÍBAL QUIJANO

Quais as maiores dificuldades para se estabelecer uma efetiva integração do ponto de vista cultural, político e econômico na América Latina?

Todas as identidades históricas que existem hoje na América Latina são absolutamente de origem colonial e, portanto, têm caráter colonial. No caso do Chile, por exemplo, cerca de 15% da população é composta por "mapuches", índios araucanos, mas eles são "invisíveis", não existem na vida cotidiana, não têm lugar no poder, não tomam nenhuma decisão. No entanto, são os sobreviventes de um imenso massacre produzido tanto na Argentina e Uruguai quanto no Chile. A massa maior da população não tem idéia desse debate, ou, quem sabe, nós não temos idéia se eles têm ou não idéia e o quê debatem. Então, esta colonialidade do poder é seguramente o assunto central para o debate latino-americano.

Será que países tão pobres como são os países da América Latina têm condições de se integrar? Quais são os obstáculos para a integração?

Não é a pobreza que nos impede de levar adiante a integração latino-americana. No final do período colonial foram os grupos dominantes, em alguns casos apoiados pela burguesia britânica, os que impuseram seus interesses e derrotaram a proposta de Simón Bolívar, líder da independência de vários países latino-americanos. Desde a Primeira Guerra Mundial, é sobretudo a aliança de exploração e de dominação entre a burguesia dos Estados Unidos e os grupos hegemônicos da burguesia latino-americana a responsável pelo êxito de uma força contrária à integração.

O que os países podem ganhar ou perder com a integração? Quem sai ganhando e no quê? A distribuição dos ganhos será democrática?

É necessário, em primeiro lugar, mudar de enfoque e colocar algumas questões básicas: qual é ou quais são os projetos de integração que hoje estão ou deveriam estar em debate? Trata-se de uma integração entre "países"? À moda de Maastricht? À maneira dos Estados Unidos da América do Norte? Trata-se de uma integração de mercados como as tentativas da ALALC, ALADI, Pacto Andino,

As burguesias dos Estados Unidos e da América Latina impedem a integração

Mercomun, Mercosul, NAFTA? Trata-se de regiões, de comunidades? Ou de uma reorganização inteira do espaço latino-americano, ou seja, em termos políticos, econômicos e culturais? Quais são os agentes sociais e políticos de cada uma dessas opções? Quem poderia ser beneficiário de cada uma delas? A resposta para tais interrogações dependerá de quem ganha com o assunto da integração, caso chegue a acontecer definitivamente. Abrir o assunto da integração com uma questão a ser debatida e decidida por todos, não só como um assunto tecnocrático, é o ponto de partida.

O narcotráfico é um obstáculo para o desenvolvimento das relações entre os diversos

países latino-americanos no sentido da integração?

O narcotráfico chegou a ser, na realidade, um modo não oficial de integração econômica entre algumas regiões latino-americanas, por exemplo entre os países chamados "andinos" e agora entre eles o Brasil. De fato, o narcotráfico opera de modo mais eficaz e real que todos os projetos e programas do Pacto Andino, por exemplo. E ocorre, precisamente, como formação de uma estrutura de poder nova, social e espacial, paralela e conflitiva, sem dúvida, mas também tramada com o poder oficial.

Como falar em integração entre países ameaçados pela "desintegração", como é o caso da Bolívia, Venezuela, Colômbia e Peru? Nesse caso, a integração se restringiria ao Chile, Argentina e Brasil?

Há que se ter cautela com a imagem de "países em desintegração". A Colômbia, por exemplo, é provavelmente um dos países mais organizados e consistentes da área. Há que recordar que é o único que nas décadas recentes não teve taxas ne-

gativas de seu PIB. A violência que os narcotraficantes iniciaram teria produzido o colapso estatal em outros países. Não é possível que seus problemas sociais sejam mais graves que os do Brasil, por exemplo, tampouco as distâncias e discriminações dentro de sua população. O nível de violência pode ser mais espetacular, mas não necessariamente mais letal em termos estatísticos que a violência social em outros países.

O primeiro passo para sair do pântano latino-americano é libertar-se da prisão mental do eurocentrismo

O que ocorre em vários países da América Latina é uma crise das instituições do "Estado-nação". Esse problema é agravado - e até originado, em certos casos - pela exacerbação

de políticas neoliberais, como no caso peruano. Neste, a guerra suja serviu para a formação de um regime (no qual se coligam uma facção dominante das Forças Armadas, o Fundo Monetário Internacional e uma fração do empresariado) que produziu um clã tecnocrático e de serviços de inteligência, que agora leva ao término um quase sistemático desmantelamento da ordem político-institucional existente. Paralelamente, trata-se de armar uma nova ordem que se ajuste aos interesses do capital financeiro internacional e que culmine na conversão da economia peruana em uma economia de quase pura rapina, cujo produto principal é o aumento da pobreza.

O Mercosul pode ir além da mera integração econômica? Como?

Em alguns aspectos o Mercosul está dando lugar para trocas não somente econômicas entre seus países membros. Por exemplo, já há debates e ações no âmbito das universidades, apesar de todos eles ainda se limitarem à formação técnico-profissionalizante deste novo

mercado regional. Porém o Mercosul é um projeto muito novo e poderá ser eficiente na situação atual do mundo, apesar de ser difícil decidir até que ponto as elites brasileira, argentina, uruguaia e paraguaia exigirão um modo de estreitar e ampliar suas relações sobretudo econômicas. Além disso, todas as tentativas de unificação de mercado não deram resultados, pois trata-se de economias de produção competitivas.

Até que ponto o exemplo do Sendero Luminoso no Peru, que cresceu explorando o ódio da população índia marginalizada, pode se proliferar na América Latina, especialmente no Chile e na Bolívia?

Não é certo que o Sendero Luminoso "cresceu explorando o ódio da população indígena marginalizada". A América Latina tem de aprender a se defender dos estereótipos e das bobagens que a imprensa internacional difunde. O Sendero Luminoso cresceu impondo pela violência - e não por casualidade social, étnica e politicamente indiscriminada - a imagem mistificada de um contra-Estado. Foi, além disso, alimentado por uma psicologia social de pragmatismo exacerbado, que tem sido imposto nessa sociedade pelo capitalismo selvagem e defendido pelo neoliberalismo como se fosse uma nova cultura. O principal fator que ajudou esse crescimento foi a extrema violência repressiva do Estado, esta sim étnica e socialmente discriminativa, contra a população rural e comunidades urbanizadas. Outro fator, não menos importante, foi a rendição teórica dos agrupamentos da Esquerda Unida ao discurso

O narcotráfico chegou a ser, na realidade, um modo não oficial de integração econômica entre algumas regiões latino-americanas

pragmático do poder e o abandono prático da organização e da mobilização das lutas dos trabalhadores, em áreas de participação no atual Estado. Estas tendências não estão ausentes em outros países da América Latina.

Como enfrentar este problema de forma democrática nestes países?

O primeiro passo para começar a sair desse pântano latino-americano é libertar-se da prisão mental do eurocentrismo, em qualquer uma de suas expressões, de direita ou de esquerda, para reconhecer a originalidade e a especificidade histórica, teórica, em consequência da experiência que chamamos América Latina.

**colaborou Valeri*

Como pesquisador peruano e primeiro professor convidado para a Cátedra Simón Bolívar, criada a partir de um acordo entre a USP e o Memorial da América Latina, Aníbal Quijano desenvolve um trabalho - que ainda esse ano será publicado em livro - sobre a reestruturação do poder na América Latina. Nessa entrevista a Ceciana Veloso, Quijano fala sobre as dificuldades das relações de poder e dos conflitos de identidade na América Latina, abrindo espaço para uma discussão muito antiga: a integração latino-americana.*

Que América Latina é esta?



MAURO BELLESA/IEA-USP

DILEMAS DO MERCOSUL

O Tratado de Assunção, estabelecido em março de 1991 pelos governos da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, propôs a constituição do Mercado Comum do Cone Sul, o Mercosul - a mais importante iniciativa de integração sul-americana dos últimos anos. O objetivo inicial deste Tratado é a criação de uma Zona de Livre Comércio e eliminação das tarifas alfandegárias até janeiro de 1995, envolvendo os quatro países.

Até agora, os acordos entre os governos limitaram-se aos intercâmbios comerciais feitos por empresários e multinacionais interessadas na regionalização do mercado.

Entre os fatores que impedem uma integração de maior fôlego estão as desigualdades de desempenho econômico entre os parceiros do Mercosul. O Brasil, devido à magnitude de seu parque energético-industrial, registra uma performance comercial muito superior à dos outros países do Cone Sul, gerando um desequilíbrio incômodo. Em 1992, por exemplo, o Brasil fechou o ano com um superávit de US\$ 1,25 bilhão na sua balança comercial em relação à Argentina. Em resposta à entrada na Argentina de produtos industrializados, especialmente do Brasil, o governo argentino

tomou a decisão de sobretaxar suas importações em até 10%.

Por outro lado, a maior desvantagem comercial do Brasil se dá na agricultura. 60% das mercadorias importadas pelo Brasil são agrícolas. Os acordos assinados pelo governo Sarney e revalidados pelo governo Collor obrigaram o Brasil a comprar 2 milhões de toneladas de trigo anuais da Argentina. Além disso, os diversos acordos são desfavoráveis no que se refere à importação de frutas e laticínios. Assim, os maiores prejudicados são os pequenos e médios produtores rurais brasileiros.

O prazo oficial para a formação do Mercosul é de apenas dois anos. Neste período deverão ser feitos ajustes na política macroeconômica envolvendo agricultura, indústria, tecnologia, políticas fiscal e cambial, de capitais e de serviços. A viabilidade da unificação nestes diversos setores tem sido questionada por especialistas, políticos e pelo movimento sindical. Da mesma forma, tem sido muito criticada a forma da integração tal como ela vem sendo implementada hoje, ou seja, do ponto de vista estrito de interesses econômicos particulares de grupos e empresas.

C.V.



YELTSIN FICA. POR ENQUANTO

Semana quente na Rússia acabou com a derrota do impeachment do presidente russo

Praça Vermelha, 28 de março, logo depois das 10 horas da noite: perante um comício que reuniu mais de 50 mil pessoas, Boris Yeltsin apareceu como vencedor de um confronto político decisivo não só para ele, mas também para o destino das reformas na Rússia.

Momentos antes eram anunciados os resultados da votação secreta feita pelo Congresso dos Deputados do Povo da Federação Russa: a proposta de impeachment do presidente Yeltsin recebeu 617 votos, contra 268. Para aprovar o impeachment era necessário o voto de dois terços dos deputados, ou seja, 689 em 1.033.

SITUAÇÃO DRAMÁTICA. A crise política começou há duas semanas, quando o Congresso dos Deputados do Povo congelou algumas funções importantes do presidente, tais como o controle sobre ministérios importantes e a possibilidade de emitir decretos sem controle do Parlamento.

Yeltsin prometeu reagir e, no dia 20, sábado, o presidente

apareceu na televisão, para anunciar um decreto presidencial que estabelecia uma espécie de regime autoritário chamado eufemisticamente de "ordem especial de manutenção", que limitava as atribuições dos órgãos legislativos, ampliando os poderes do presidente e ordenando as Forças Armadas que não interferissem.

No domingo e na segunda, os jornais russos não circulam. Mas na terça e na quarta-feiras seguintes ao pronunciamento presidencial, o decreto mencionado por Yeltsin não apareceu... O país estava em pleno alerta, mas ninguém sabia realmente o que estava escrito no misterioso decreto.

REAÇÕES E RECUIO. O Tribunal Constitucional foi o primeiro a reagir à ofensiva de Yeltsin, anunciando que discutiria a "constitucionalidade" do decreto presidencial. O vice-presidente Alexandre Rutskoi condenou o presidente pela tentativa de golpe. E o Parlamento resolveu convocar uma reunião extraordinária do Con-

gresso dos Deputados do Povo.

No dia 25, afinal, veio à luz o decreto anunciado por Yeltsin. Surpresa total: o texto do decreto era bastante moderado quando comparado com a fala presidencial. As medidas autoritárias desapareceram do texto, deu-se destaque às medidas que visavam o equilíbrio de poderes e acalmar a situação política.

No dia 26 teve início a reunião extraordinária do Congresso. Apesar do recuo de Yeltsin, evidente no novo conteúdo do decreto presidencial, os deputados estavam indignados com a caracterização que o presidente fez do Congresso, chamado de "conservador e partidocrata" (tendo em vista a influência da linha conservadora do antigo PCUS no Parlamento).

A disputa entre Yeltsin e o Congresso atingiu a temperatura máxima no domingo e foi definida pelo voto secreto. O resultado já sabemos. No dia seguinte, segunda-feira, 29 de abril, derrotado e nervoso, o Congresso dos Deputados do Povo procurou reverter a seu



O manifesto comunista pelo impeachment de Yeltsin, em 26 de março

ANÁLISE

ENTRE A DECOMPOSIÇÃO E A DITADURA

O acordo entre Yeltsin e o Parlamento é uma solução temporária para a crise

As notícias parecem indicar neste exato momento (segunda-feira, 30 de março) que, mais uma vez, foram superadas as manifestações mais agudas da crise que abala profundamente a Rússia. O mundo suspirou aliviado quando soube do novo acordo entre Ruslan Khasbulatov, presidente do Parlamento, e Boris Yeltsin, presidente do país. Os russos, assim, terão evitado o pior, o salto no buraco negro da guerra civil.

Tudo então acabou em pizza? Apenas aparentemente. Na verdade, o mais recente acordo concluído não passa de uma "solução" provisória, que não consegue esconder o drama de uma sociedade que, desde meados dos anos 80, vive constantemente a angústia de "desfechos decisivos" que se repetem de forma cadenciada.

Quais as raízes desta crise intermitente, que, de forma "soluçante", vai consumindo as energias da sociedade russa e sobressaltando, regularmente, a opinião mundial?

Os fundamentos políticos são visíveis. A Rússia vive uma situação de "duplo poder" e todas as conseqüências desestabilizadoras daí decorrentes. De um lado, o executivo, comandado por Yeltsin, comprometido com reformas aceleradas no sentido de fazer da Rússia um país capitalista. Em oposição, um Parlamento, eleito ainda no período "gorbatcheviano", majoritariamente contrário aos objetivos e à filosofia que inspiram o presidente do país. Regendo a luta, uma Constituição, de 1977, envelhecida no tempo e envilecida por centenas de emendas que a desfiguraram completamente. Todos a invocam e ninguém a leva a sério. O grande erro, irreparável nas circunstâncias atuais, data de agosto de 1991. Depois do frustrado golpe comunista, era evidente a necessidade de uma nova Constituição e de eleições gerais para renovar todos os mandatos.

MORRO ABAIXO. A crise também tem fundamentos econômicos. Todos estão cansados de ler os dados da decomposição econômica da Rússia. Produção industrial e agrícola em queda livre, não escapando nem as "locomotivas" tradicionais, como os setores do petróleo e eletricidade. Comércio em pane, desorganização severa dos circuitos tradicionais. O pior não é a queda quantitativa dos índices, mas a desorganização qualitativa de um apa-

relho produtivo cujas referências substantivas e tradicionais se esfumaram no ar. A inflação galopante, disputando com o Brasil a *pole position*, é expressão disto.

Nesta altura o rublo vale tanto quanto a Constituição - quase nada, e a prova disto é que 60 a 70% das transações comerciais entre empresas se realizam hoje através do vetusto instituto da troca direta de mercadorias, por exemplo, carros por batatas (não se trata de

uma referência arbitrária, o dirigente de uma das principais fábricas russas de automóveis, para alimentar seus operários, está entregando automóveis aos agricultores que lhe "pagam" em batatas e carne). A desagregação do espaço público agravou todos os males na medida em que a ex-URSS tinha uma economia profundamente interdependente. Exemplo: uma das razões da queda livre da produção de petróleo russo reside no fato de que as

empresas que fabricam peças e equipamentos para a indústria petrolífera estão sediadas no Azerbaijão, da Federação Russa, que luta hoje com unhas e dentes por sua independência). Azerbaidjanos e tchetchenos entendem-se tão maravilhosamente com os russos como os petistas com os mafiosos.

Foi numa situação como esta que, desde janeiro de 1992, interveio a política desastrosa de Egor Gaidar. Liberou preços, arroucho o crédito e se propôs a conter drasticamente o déficit público, ou seja, o modelo do FMI "puro e duro". As empresas simplesmente não obedecem suas determinações e continuaram alegremente a fornecer e a serem fornecidas, acumulando dívidas fenomenais que, em bola de neve, chegaram rapidamente a 3 trilhões de rublos e estouraram o plano Gaidar antes que ele pudesse soprar a velinha do primeiro ano. A política neoliberal se propunha a estabilizar e reformar. As reformas continuam quase na estaca zero e não se pode dizer, a rigor, que a Rússia seja hoje um país estável. Gaidar caiu pouco depois da revogação de sua política. Em seu lugar, entrou Victor Cherbomirdin, um *apparatchik* da velha e má cepa, mas no lugar da sua política de Gaidar, não entrou política alguma. É neste ambiente mal-são que proliferam as máfias, rebentos ativos mas reprimidos

no regime comunista e que hoje crescem na esteira do processo de decomposição. Um exemplo, entre tantos, da força das máfias: estima-se que cerca de um terço da produção petrolífera russa esteja sendo contrabandeada. Razão: o preço oficial da tonelada do petróleo no mercado interno flutua entre 10 e 15 dólares. O preço no mercado mundial vai a 140 dólares. Uma tentação de Lúciifer.

O povo, como sempre, paga as conseqüências. Entre dezembro de 1991 e julho de 1992, o poder de compra das famílias russas caiu de cerca de 50%. O salário médio mensal compra apenas 14 kg de carne. A aposentadoria média se contenta com 6,5 kg de carne. Enchem respectivamente 5 a 2,5 tanques de gasolina. Quem dados mais terríveis? Procurem no relatório recente do IBGE sobre o Brasil. Diferença: o Brasil é um país do Terceiro Mundo (dizem as más línguas que em marcha forçada para o Quinto Mundo) e a Rússia era considerada, há menos de cinco anos, uma das duas superpotências mundiais.

O mais trágico, no entanto, por incrível que pareça, não reside nos dados políticos e econômicos da crise. Os russos já mostraram em sua história que são duros na queda e suportam - e vencem - terríveis desafios. O problema mais grave no momento é o verdadeiro processo de desestruturação cultural vivido pela sociedade russa.

favor a proposta de plebiscito de Yeltsin. Depois de rejeitar a proposta de impeachment do presidente russo, o CDP empreendeu no dia seguinte, em 29 de março, mais um movimento no tabuleiro de xadrez em que se transformou a disputa política na Rússia, definindo regras para o plebiscito que o transformam numa armadilha para Yeltsin. Segundo a posição aprovada pelo CDP, os eleitores serão chamados a se posicionar, em 25 de abril, sobre quatro perguntas:

- Você confia no presidente russo, Boris Yeltsin?

- Você aprova a política socioeconômica posta em vigor pelo presidente e o governo russo desde 1992?

- Você considera necessário antecipar a eleição para presidente?

- Você considera necessário antecipar as eleições para o Congresso dos Deputados do Povo?

Pela posição do CDP, o plebiscito necessitará da aprovação de pelo menos 50% dos eleitores inscritos e não dos votantes, como propunha Yeltsin.

Agora, o presidente russo estuda seus próximos movimentos. Entre as alternativas que lhe propuseram está a realização de um plebiscito paralelo.

PONTO FRACO. Durante 1992 o volume de produção caiu 15% (de novembro de 1991 até novembro de 1992 foram outros 23%). Durante os últimos nove anos a queda geral foi de 39%. Para efeito de comparação: em 1942, com os alemães na porta e uma parte considerável do território ocupado, a produção caiu apenas 34%...

No final do ano passado, a Rússia tinha 1,4 milhão de desempregados. Não é muito para um país como o nosso, mas o desemprego cresce rapidamente, não deixando lugar para otimismo. Claro que o alerta máximo é causado pelo aumento de preços. Segundo estatísticas oficiais, em apenas três semanas de janeiro, a inflação foi de 22%. Passeando pelas lojas de Moscou, pode-se verificar facilmente aumentos de 100, 200 e até 300 vezes para alguns produtos, em comparação com

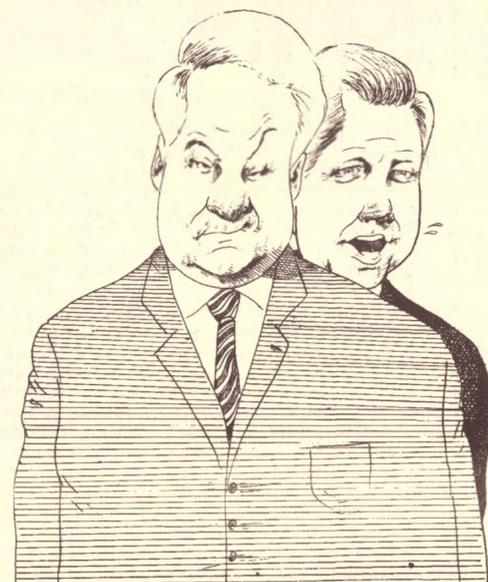
1991. Isso enquanto os salários cresceram entre 30 e 50 vezes.

A terapia de choque de Yeltsin foi terrível para a população. Os dados indicam que mais de 50% da população vive abaixo do limite da pobreza. Esta situação de deterioração econômica ainda não se tornou o fato dominante da vida do país. Mas os discursos dos deputados mostraram que não se pode esperar mais.

O que, afinal, demonstraram os recentes acontecimentos em Moscou? Em termos gerais, ficou bem claro que o país enfrenta enormes dificuldades para entrar tão rapidamente para "o mercado civilizado do tipo ocidental".

O Parlamento é conservador no sentido de pretender uma passagem mais "suave" ao mercado. Yeltsin e o poder executivo querem resultados imediatos e neste sentido são radicais demais. Existe também uma força centrista, com o vice-presidente Rutskoi à frente.

ANATÓLI TONIN
de Moscou



M. SAINES



DESENCANTO. Os valores pregados pelo regime comunista - de solidariedade, de igualdade, de justiça etc. - eram violados de forma flagrante e cínica pelos próprios dirigentes. Caíram assim em descrédito e os russos se livraram deles tão logo puderam. Aderiram então, de forma fervorosa, tipicamente russa, à idéia de que a salvação residiria no "mercado" e em seus valores. Entretanto, a "mão invisível" do

mercado bate forte na maioria e beneficia visivelmente apenas alguns setores minoritários - bem visíveis por sinal. Assim, o desencanto com a ilusão do mercado é crescente. As estrelas do universo ideológico socialista, construídas ao longo de sete décadas, desabaram, as novas não chegaram a se afirmar, o chão fogue debaixo dos pés das pessoas.

A sociedade russa rejeitou de forma maniqueísta seu pas-

sado recente (tradição comunista), não tem mais laços com seu passado remoto (tradição imperial czarista ortodoxa), e já se desencanta com as miragens de um futuro róseo (delírio neoliberal).

É neste ambiente de desespero, de amargura e de falta de perspectivas que se aninha o ovo da serpente. O povo russo não merecia, depois de tantas lutas, esta situação. Saberá encontrar recursos para matar a serpente no ovo? Ou acumulará a decomposição com a ditadura?

DANIEL AARÃO REIS
Professor e escritor

JOSÉ CORRÊA

Vem aí a Central Nacional

Pode surgir em outubro uma ampla frente de entidades do povo

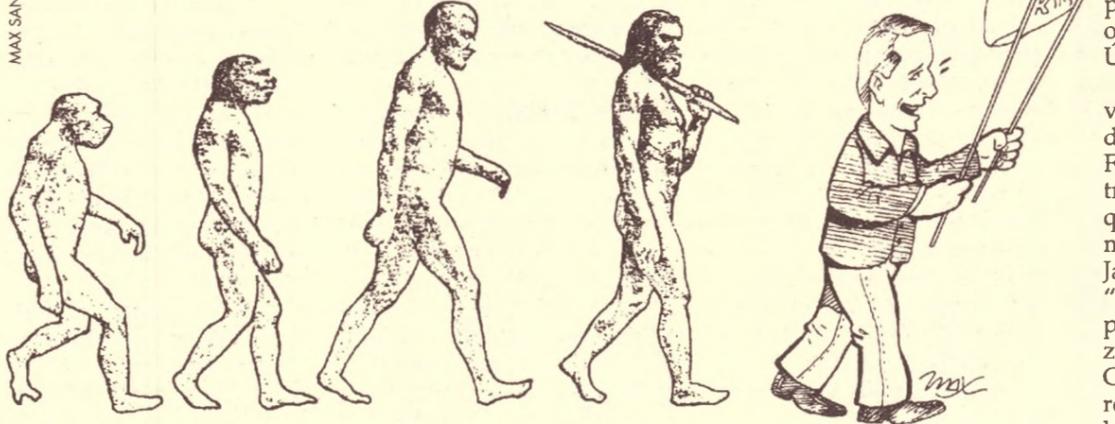
O IBGE mostrou a cara do Brasil: dez por cento controlam a riqueza, a renda per capita caiu 5,3% na década de 80, não existe rede de esgoto em 8% das cidades brasileiras e 75% dos trabalhadores ganham menos de dois salários mínimos. Mais: os negros, que têm rendimento salarial médio inferior aos brancos, são a maioria dos desempregados. Neste caldo de cultura formam-se os movimentos populares.

Segundo o padre Ticão, da União Nacional de Moradores de São Paulo, "desde 1989 eles estão em compasso de espera para definir seus rumos". Raimundo Vieira Bonfim, do movimento de moradias e da coordenação nacional da Pró-Central dos Movimentos Populares, afirma que "ao criar espaços de participação popular, os governos petistas absorvem lideranças populares".

A educadora Irandi Pereira explicou que a Constituição de 1988 definiu princípios norteadores ao Estado, obrigando-o a criar parcerias com a sociedade civil. Na nova realidade teriam também que gerir as soluções. Flávio Jorge Rodrigues, membro da organização negra Soweto e diretor da FASE - Federação das Entidades de Serviço Social e Educação -, acha que esta "é uma fase de amadurecimento".

LONGA TRADIÇÃO. José Albino de Melo, coordenador nacional da Pró-Central, afirma que o movimento popular é antigo. "Canudos, há um século foi e é movimento popular", diz. Durante os anos 80 surgiram muitos movimentos espontâneos, em defesa das favelas e contra

MAX SANTOS



aumento do custo de vida, e ocorreram as ocupações de terrenos. Mas não estavam direcionados e só alguns conseguiram se organizar nacionalmente. A maioria voltou-se para as questões específicas.

Nos anos 30 foram criadas as associações de moradores, conta o deputado estadual petista Elóy Pietá. Nos anos 50, mesmo que manipulados por políticos como Jânio Quadros, que se elegeu e fez carreira política às custas destes movimentos, eles se expandiram até os anos 60, quando a Igreja Católica criou as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que, estimuladas de Puebla e Medellín,

atraíram militantes de esquerda e generalizaram as reivindicações.

CUSTO DE VIDA. Nos anos 70, os movimentos sindicais e populares, a política partidária e os movimentos religiosos se combinaram. Um clube de mães da zona sul paulistana criou o Movimento do Custo de Vida que, em 1974, reuniu oito mil pessoas e mais de um milhão de assinaturas, na Praça da Sé. Em 1983, uma aliança de lideranças populares, ativistas de esquerda e políticos criou a CONAN - Confederação Nacional das Associações de Moradores.

Apesar do aparente "recesso" o movimento popular se articula, dizem José Albino Melo, da Pró-Central, e o Padre Ticão, da União Nacional de Moradias, SP.

Ambos, ainda que com uma dose excessiva de entusiasmo, afirmam que a luta pelo impeachment foi carregada pelos movimentos populares. Em outubro, de 25 a 29, afirma Albino, será realizado em Belo Horizonte o Iº Congresso Nacional de Movimentos Populares, que decidirá pela criação da Central de Movimentos Populares.

A discussão, antiga, remonta ao fim dos anos 70. A Articula-

ção Nacional de Movimentos Populares e Sindicais - ANAMPOS optou por criar a CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Durante os últimos anos várias posições permearam o debate: contra a sua criação, o Frei Beto argumentou que a central poderia descaracterizar a riqueza e a heterogeneidade do movimento popular. Ramatis Jacino, da CONAM disse que "os grupos de movimentos populares deveriam se organizar sob o guarda-chuva da CONAM que, a partir dos bairros, poderia centralizar todas as lutas populares". Muitas entidades e grupos são efêmeros, diz. E tão logo sejam atingidos os objetivos, mudam as perspectivas ou desaparecem. Este fato, segundo ele, pode retirar a legitimidade de uma entidade central construída num momento determinado. Depois optou-se por uma posição igual a do deputado estadual Elóy Pietá, de que deveria ser organizado um grande fórum de movimentos populares no lugar da central.

DEFENDER O ESPECÍFICO. Segundo José Albino uma das preocupações da Pró-Central, por exemplo, é que cada movimento se fortaleça em suas especificidades. A futura central, diz ele, "deverá unificar as lutas e não as entidades". O próprio Ramatis Jacino já admite hoje que a CONAM "é uma entidade específica de moradores" e que "muitas lutas, como a dos negros, mulheres ou mesmo meninos de rua não necessariamente passam pelos bairros".

Finalmente Albino afirma que um dos princípios básicos da Central é respeitar a proporcionalidade na representação. Por isto, diz: "O fato dos setores melhor organizados terem maior influência na Central não reduzirá a importância das outras, pelo contrário". Segundo ele, a Central intensificará a troca de experiências para que outros setores também se integrem e travem as outras lutas, rumo à ampliação dos seus horizontes nas questões mais gerais da sociedade. "A troca de informações politiza o movimento", diz.

HAMILTON CARDOSO

"PAPEL CENTRAL NA VIDA DOS CIDADÃOS"

No século passado, o eixo político partidário começou a dividir sua importância com o movimento sindical - a principal expressão da vida nas fábricas. Com a urbanização e a concentração de populações nas cidades "os espaços de vida, a rua, o bairro e o local onde vivem as pessoas" começaram a ganhar importância e surgiram os movimentos sociais. "Eles tendem a assumir um papel central na vida dos cidadãos: são a terceira via para o exercício da política", diz Ladislau Dowbor, professor da PUC e ex-assessor de relações internacionais da prefeitura de São Paulo.

Conforme o professor "os movimentos sociais, recentes no Brasil, porque ele é um país de capitalismo tardio, vão restituir os espaços de decisão dos indivíduos". Para explicar ele cita como exemplo dois países, que compara: na Costa Rica, na América Latina, 95% das questões nacionais são geridas pelo governo central, ao contrário da Suécia, onde 78% são geridos pelo governo local. No Brasil ele decide apenas 13%. O sueco médio, revela, participa de pelo menos quatro organizações comunitárias. "Este é o destino das cidades de todo o mundo,

inclusive do Brasil. Os movimentos são um passo adiantado rumo a democracia participativa" conclui.

O processo - acrescenta - tem vantagens e dificuldades: é mais democrático e permite a adequação das soluções às pluralidades das necessidades culturais e ideológicas mas esbarra na tradição autoritária brasileira, que tende a centralizar as decisões e definir para as populações quais são os seus interesses. Os vícios populares com o paternalismo geram parte da imobilidade de setores da sociedade e fortalecem a tendência dos partidos a se apropriarem destes movimentos.

Outro exemplo, agora da eficiência desta tendência: uma escola do Harlem, em Nova York, EUA, gerida pela população, acabou com o curriculum oficial, permitindo aos estudantes, ao invés das disciplinas tradicionais, optarem por estudar as atividades que pretendiam exercer. O estudante, para aprender aquela atividade, se obrigou a estudar matemática, ciências, idiomas e mesmo geografia, para aprender outras experiências daquela atividade. Eles se tornaram exemplos estudantis e a escola referência para reflexões metodológicas. H.C.



RETRATOS DA MISÉRIA

POPULAÇÃO DE RUA

MARIA ANTONIETA DA COSTA VIEIRA, ENEIDA MARIA RAMOS BEZERRA E CLEISA M. MAFFEI ROSA (ORGS.)

Esta obra é bastante interessante porque vem retratar de forma clara e objetiva marcas reais de uma sociedade que não garante trabalho nem teto. Trata-se de uma publicação significativa realizada a partir de pesquisa feita por profissionais da Prefeitura de São Paulo, na gestão Luíza Erundina de Sousa. As questões fundamentais tratadas neste livro dizem respeito ao universo dos moradores de rua que, à primeira vista, parecem estar distantes de nosso universo e convívio, mas que, ao mesmo tempo, são nossos vizinhos, vivendo conosco espaços comuns na cidade: "Quem é afinal este povo de rua? De onde vieram, como trabalham, onde ficam e como vivem aqueles que são considerados como o fim da linha da humanidade?".

Editora Hucitec e Prefeitura de São Paulo. Formato: 16 x 23, 181 págs.



PEÇA CATÁLOGO GRÁTIS



À VENDA NAS LIVRARIAS, OU DIRETAMENTE NA EDITORA.
TELEFONES: (011) 543-0653, 530-9208 FAX: (011) 535-4187

EDITORA HUCITEC
RUA GIL EANES, 713 SÃO PAULO-SP CEP 04601-042

RECESSÃO E INFLAÇÃO

FABRÍCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA E GERALDO BIASOTO JÚNIOR (ORGS.)

Esta é uma obra que avalia de forma muito competente a política econômica e os problemas econômicos brasileiros - das mudanças estruturais aos resultados trágicos expressos nos altos índices de desemprego e miséria urbana.

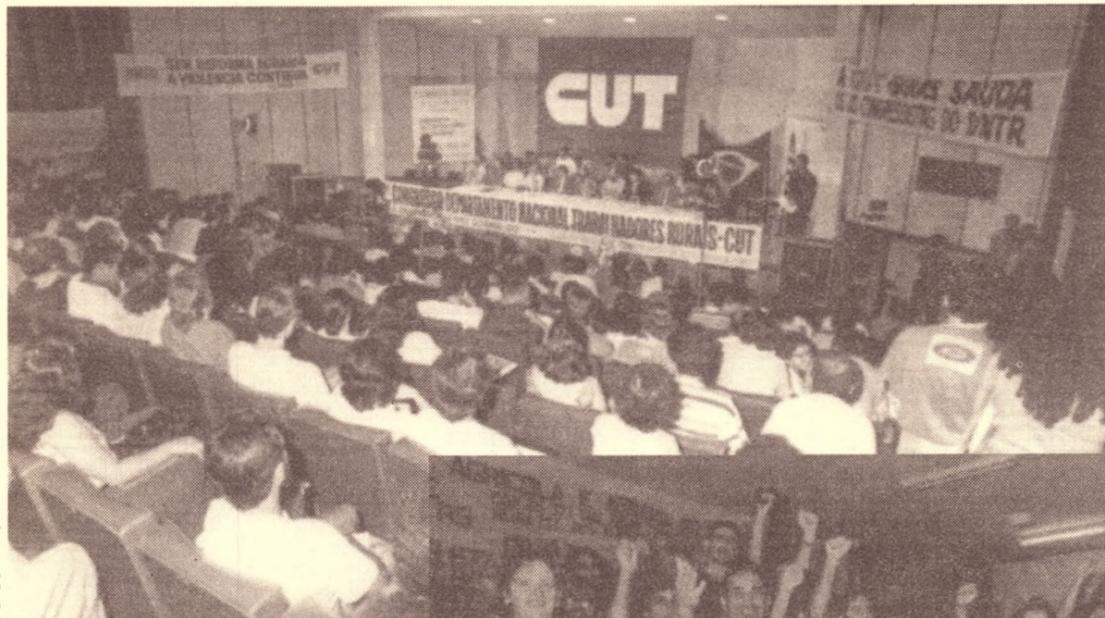
Trata-se de um trabalho realizado por pesquisadores de um dos mais conceituados centros de estudo de economia do Brasil: CECON/IE/UNICAMP.

Apresentam-se ao leitor um debate sobre os rumos do nosso desenvolvimento e uma rica avaliação crítica sobre políticas adotadas até o momento em nosso país.

Editora Hucitec/Fecamp Formato: 14 x 21, 235 págs.

Uma integração difícil

CONTAG e Departamento Rural da CUT adiam unificação



Em quatro dias de discussão, houve momentos de debate apaixonado

cidade e do campo se relaciona com os trabalhadores não assalariados do campo. Essa questão preocupa a maioria dos dirigentes. Ouvia-se nos corredores que a CUT não pode estruturar-se como uma central sindical do primeiro mundo e ignorar a imensa diversidade de situações e de lutas que a expansão do capitalismo gerou no campo brasileiro. Sob pena de isolar-se dentro de uma estrutura sabidamente falida para responder aos movimentos existentes no campo, como a estrutura da CONTAG.

A partir destas constatações vai amadurecendo o desenho de uma proposta de estrutura para a ação da CUT no campo que supere a atual estrutura da CONTAG e do DNTR. Uma proposta que incorpore "o campo em movimento", segundo Elvino Bohn Gass, e contemple numa Confederação toda a diversidade das lutas dos assalariados, dos sem-terra, das cooperativas e associações, dos atingidos pela construção de barragens, os integrados etc., e seja flexível o suficiente para responder às necessidades impostas pela realidade do desenvolvimento da agricultura, pelo avanço do assalariamento e da segmentação da produção no campo.

NOVA DIREÇÃO. A composição final da nova direção do DNTR, que saiu fortalecido inegavelmente deste Congresso, demonstra que houve um desgaste das atuais lideranças, mas não o suficiente para apeá-las da direção, e de outro lado confirma uma importante produção de dirigentes novos que não adquiriram ainda a força política necessária para expor-se aos enfrentamentos na relação entre os rurais e os urbanos da CUT e nos enfrentamentos com a sociedade e o Estado.

O II Congresso manteve Avelino Ganzer na presidência do Departamento e ainda Orlando Vincenci, na tesouraria, Luís Balbino na Secretaria de Reforma Agrária e Marlene Furtado na Secretaria de Formação. Trouxe para vice-presidente Aírton Faleiro, para a Secretaria Geral Altemir Tortelli, para a Secretaria de Assalariados, Nivaldo Albino da Silva e Joaquim Pereira de Carvalho para a Secretaria de Pequenos Produtores.

Foi dada a largada. Daqui até dezembro será fermentado o processo que poderá resultar, trinta anos depois, na superação da estrutura sindical no campo. A bola está com os rurais da CUT.



gresso, foi a questão da estrutura sindical. Mais precisamente a relação que a CUT deve estabelecer com a estrutura oficial, a CONTAG.

A pergunta presente em todas as intervenções era se a construção da estrutura organizativa da CUT no campo passa por dentro ou por fora da CONTAG. E as respostas foram desde a defesa apaixonada da construção por dentro, "porque está viva a estrutura sindical vigente no campo" - como disse Dé, dirigente da Paraíba e membro da Executiva da CONTAG, apoiando-se na recente ocupação da sede da Sudene em Recife, para sustentar sua afirmação -, até torpedos como este disparado por um dirigente de assalariados: "Se a CUT chamar para dentro de si a estrutura sindical de Vargas, estará chamando um câncer para dentro de si mesma". Entre um e outro pólo, muitas intervenções definiram a disputa no interior da CONTAG como de caráter tático, para alcançar o objetivo da

construção da estrutura cutista capaz de conduzir as lutas no campo. O plenário definiu-se pelo adiamento desta definição importante para a ação da CUT no campo. Está convocada uma plenária no DNTR para em dezembro próximo fixar a posição da Central sobre o problema. O adiamento é positivo, na medida em que permite o aprofundamento de um debate que o II Congresso apenas arranhou. Sob a capa da discussão "por dentro ou por fora" se esconde o verdadeiro problema que a CUT deve enfrentar. Todos os militantes que debateram nestes dias sabem por experiência própria que a estrutura da CONTAG não responde aos três problemas fundamentais das lutas dos trabalhadores no campo: não responde às necessidades da luta pela terra, à defesa do salário e às mobilizações em defesa da produção.

DIVERSIDADE COMPLEXA. A questão substantiva é como a CUT enquanto central sindical que congrega trabalhadores da

TUDO AZUL PARA O CAPITAL RURAL

O Brasil rural dos capitalistas desconhece recessão, desemprego e diminuição do mercado consumidor. Estão investindo muitos milhões de dólares para ampliar e aperfeiçoar seus empreendimentos, visando adquirir competitividade no mercado externo, e também realizando novos investimentos, na casa dos bilhões de dólares, para produzir, industrializar e exportar, principalmente laranja, soja, celulose, álcool, hortaliças e frutas - de olho em um setor que faturou oito bilhões de dólares no ano passado.

Toda essa movimentação conta com o apoio do Estado, que desenvolve uma política clara de financiar e subsidiar esses capitalistas (via BNDES, Fundos Constitucionais, incentivos fiscais e programas governamentais específicos) e de eliminar os fatores limitantes à sua competitividade (impostos, transportes e portos). Tudo para garantir o quinhão dos capitalistas na receita total do setor agro-industrial, estimada em 150 bilhões de dólares anuais no país, aproximadamente 35% do PIB.

MILTON POMAR

HAMILTON PEREIRA

VITÓRIA APERTADA. A Chapa 1 venceu as eleições para a diretoria do Sindicato dos Condutores Rodoviários do ABC. Osvaldo Cruz Júnior foi reeleito presidente. Sua chapa teve 46% dos votos. A Chapa 2 fez 32% e a 3 ficou com 16%. Curiosidade: as três chapas se reivindicaram da CUT. Mesmo assim, as eleições entre "companheiros" ocorreram em clima de guerra. Brigas, ameaças, grupos de "bate-paus", suspensão das eleições, recursos jurídicos, gente armada, PMs, enfim, rolou de tudo.

ELEIÇÃO OU MORTE. A verdade é que esta tem sido quase a regra nas eleições sindicais. Embora não se possa exigir que elas ocorram em clima de sexta-feira santa, os fatos demonstram que é preciso parar para pensar. Em tempos bicudos de recessão e desemprego, tem muita gente que faz de tudo pra entrar - ou se manter - numa diretoria sindical e se livrar de bater ponto todo dia. A ideologia e a ética são conceitos esquecidos seguidamente, mesmo nos quadros da CUT.

DISPUTA NO RIO. Por falar em eleições, chegou a vez dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Nos dias 11, 12 e 13 de maio a disputa promete ser das maiores. Até agora já existem 4 chapas inscritas. A atual diretoria, ligada à CUT, está apoiando a Chapa 1, encabeçada pelo Carlos Manoel, hoje presidente. Ele assume abertamente o caráter de continuidade da atual gestão: seu slogan é "Pra frente é que se anda".

PARABÉNS À VOCÊ. Começaram os preparativos para a comemoração dos 10 anos da CUT, que se completará dia 28 de agosto. A idéia da direção nacional da entidade é aproveitar a oportunidade para reforçar a imagem da CUT em todo o país, frente ao governo, aos empresários e à população em geral. Em dias de Itamar, tá mais do que na hora da CUT se reafirmar enquanto força decisiva da sociedade, que se posiciona sobre todas as grandes questões nacionais e não somente sobre emprego e salário.

APARATOS EM ALTA. A "guerra das gráficas" está acirrada nos meios da CUT. Depois dos metalúrgicos de São Bernardo e dos bancários de São Paulo, chegou a vez dos bancários do Rio de Janeiro inaugurarem suas instalações, com máquina rotativa e tudo. A festa será neste dia 7 de abril. A expectativa geral é a de que o reforço destes aparatos possibilitem um avanço real na qualidade da imprensa sindical.

Negros, morenos, loiros, fortes, altos, miúdos, raquíticos, alguns deles trazem nos olhos aquela fome ancestral, a fome física e uma sede infinita de aprender. Mulheres, jovens, anciãos vindos de todos os cantos do país. Está aberto o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. São 263 delegados convocados para discutir uma pauta que inclui o debate sobre a Estrutura Sindical no Campo, o Plano de Lutas para os Anos 90 e um Projeto Alternativo de Desenvolvimento.

Nove anos depois da primeira reunião dos sindicalistas rurais da CUT que resultou mais tarde na criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), Goiânia recebeu os delegados ao II Congresso entre os dias 25 e 28 de março.

A mesa do Ato Político de Abertura já indicava a amplitude da influência da CUT sobre a sociedade, os movimentos organizados e o Estado. Presentes Jair Meneguelli, o vice-governador de Goiás, Maguito Vilella, o presidente do INCRA, Oswaldo Russo, representantes de entidades internacionais européias e latino-americanas, representantes do Movimento dos Sem Terra, da Comissão Pastoral da Terra, do PCdoB e do PT.

A atuação da CUT no campo é centralizada nacionalmente pelo DNTR, com 14 departamentos estaduais, seis Federações, composição em outras oito federações e na CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas). Existem 614 sindicatos filiados à CUT, com 5,4 milhões de trabalhadores em sua base.

CUT E/OU CONTAG? Em Goiânia se debateu a participação ativa das mulheres nos organismos sindicais, a questão da violência no campo, a disputa pela direção de cooperativas, as mobilizações em torno da distribuição dos Fundos Constitucionais, os acidentes de trabalho, a questão do meio ambiente. Mas o grande debate, o pega que apaixonou o Con-

Mudanças, só em 1995?

Vitória do presidencialismo pode adiar a revisão constitucional

FRANÇA: DERROTA DO PS. Os socialistas franceses conheceram uma derrota esmagadora na recente eleição parlamentar. Com uma taxa de abstenção de 30%, a coligação de direita de gaulistas e liberais "União pela França", liderada por Jacques Chirac e Valéry Giscard d'Estaing, conquistou 85% das cadeiras do parlamento (um total de 467 deputados). Desgastado pelos escândalos de corrupção e pela crise econômica e desemprego, o PS elegeu apenas 75 deputados. Foram derrotadas muitas das principais lideranças socialistas, como o ex-primeiro ministro Michel Rocard, considerado o sucessor natural de Mitterrand, Lionel Jospin, Roland Dumas e outros.

O Partido Comunista elegeu 25 deputados, mantendo sua representação parlamentar anterior (Marchais reelegeu-se, mas outras lideranças como André Lajoinie e o renovador Charles Fitterman perderam seus postos de deputados). A Frente Nacional, de extrema direita, fez 12,5% dos votos, mas não elegeu nenhum deputado. Da mesma forma, os ecologistas ficam fora do parlamento apesar de terem obtido cerca de 10% dos votos válidos. Dez deputados conservadores de diversas orientações também integram o novo parlamento. A enorme distorção na representação parlamentar (a direita teve 45% dos votos mas ficou com 80% das cadeiras no parlamento), já era característica do voto distrital francês, mas foi aprofundada por mudanças na legislação introduzidas pelos próprios socialistas, que agora são suas vítimas.

O presidente François Mitterrand, cujo mandato vai até 1995, teve que indicar o primeiro-ministro Edouard Balladur.

FIM DA MONARQUIA? Os trabalhistas australianos, no governo há dez anos, saíram vitoriosos das eleições parlamentares de março, apesar da recessão e de uma taxa de desemprego de mais de 11%. Eles obtiveram a maioria parlamentar numa campanha difícil, onde teve um papel importante a promessa do primeiro-ministro Paul Keating de instaurar a república até o ano 2001. Hoje a rainha Elisabeth II da Inglaterra é a chefe de Estado do país.

BOMBA RACISTA. O presidente do governo branco da África do Sul anunciou que o país fabricou seis bombas atômicas, num programa nuclear que foi iniciado em 1974. Segundo ele, as bombas teriam sido desmontadas até julho de 1991, quando o país aderiu ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Peritos da Agência Internacional de Energia Atômica questionaram a veracidade das informações.

FUMO PROVOCA DOENÇAS GENÉTICAS. Estudos relatados pela revista *New Scientist* mostram que a fumaça do tabaco contém oxidantes que provocam danos no DNA dos fumantes homens (mas não das mulheres), que são transmitidos aos seus descendentes, incluindo até os bisnetos. Entre outras doenças, o câncer do cérebro é 40% mais comum entre filhos de fumantes e a leucemia e o câncer dos gânglios, duas vezes mais comum.



"S e o plebiscito de 21 de abril decidir pela manutenção do atual sistema de governo, é preferível deixar a revisão Constitucional para os deputados e senadores eleitos em 1994. Afinal, a maioria do atual Congresso é parlamentarista, está em fim de mandato e não vai ter legitimidade para reformar a Constituição". A opinião é do deputado federal José Dirceu (PT-SP), que vê outra vantagem no adiamento: ele prevê que a esquerda sairá fortalecida das próximas eleições.

Outros defensores do adiamento, como o prefeito de Santos, Davi Capistrano (PT), afirmam que o atual Congresso Nacional, por ser parlamentarista, pode tentar esvaziar o resultado do plebiscito, adotando reformas que esvaziem as atribuições do Executivo.

O adiamento da revisão constitucional é legalmente possível. Afinal, a Constituição estabelece que seria feita uma revisão após 5 anos de vigência da Constituição; o que não quer dizer que ela deve ter início no primeiro dia do sexto ano.

DEMOCRATIZAÇÃO. Confiante

na vitória do plebiscito, o deputado José Dirceu diz que o PT lutará pelas mesmas reformas democráticas que defenderia caso o parlamentarismo fosse o sistema de governo escolhido pelo povo: "a questão é que a Constituição de 1988 nos legou um Estado organizado de forma oligárquica e anti-democrática, cujo reflexo é a distorcida representação popular, através dos estados, na Câmara dos Deputados e o papel do Senado como câmara alta e revisora, onde 14 estados, com 25% do eleitorado, têm maioria absoluta com 42 senadores (de um total de 81)."

O PT defende o unicameralismo e a proporcionalidade na representação do povo na Câmara dos Deputados, com um Senado apenas como câmara federativa. O fim das medidas provisórias e uma ampla reforma da legislação partidária, introduzindo a fidelidade partidária (já aprovada na Câmara), e da legislação eleitoral, são consideradas medidas essenciais para a democratização do presidencialismo.

"Somos totalmente contrários às propostas conservadoras que não só mantêm o Senado como ele existe, como querem obrigar o Presidente a consultá-

lo para a nomeação de ministros. Mais grave é a proposta de dar ao STF a atribuição de julgar os vetos presidenciais por inconstitucionalidade, hoje atribuição do Congresso Nacional. Propomos a democratização do Judiciário, através do controle externo", diz José Dirceu.

NOVO PRESIDENCIALISMO. As divergências existentes na Frente Presidencialista impediram a apresentação de um projeto de emenda constitucional. O máximo que se conseguiu foi um acordo em torno de 12 pontos, apresentados como "bases para o novo presidencialismo". Os pontos mais importantes são:

- mandato de quatro anos do

presidente da República, eleito através do voto direto e secreto, em eleições coincidentes com as dos membros do Congresso Nacional e dos Governadores dos Estados;

- sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentador ou dos limites da delegação legislativa dada pelo Congresso Nacional;

- existência da Ouvidoria-Geral da República para encaminhamento criterioso de reclamações administrativas de qualquer cidadão contra atos e atividades dos Três Poderes, não apenas do Poder Executivo, e determinação constitucional de apuração obrigatória das reclamações formuladas;

- fortalecimento da Federação mediante novas competências aos Estados e Municípios no campo da iniciativa das leis, com redução das competências da União em relação aos estados.

VALTER POMAR

O RESULTADO FINAL DO PLEBISCITO DO PT

ESTADOS	Nº DE FILIADOS	Nº DE DIRETÓRIOS NO ESTADO	CIDADES COM PLEBISCITO	PARLAMENTARISMO	PRESIDENCIALISMO	TOTAL ***
SP	200.000	335	185	6.932	13.583	21.186
AC	2.300	16	10	183	319	503
RS	51.297	307	202	1.633	6.491	8.206
PA **	14.400	*	15	156	973	1.134
ES	*	49	28	248	1.136	1.398
SE	3.260	28	22	92	413	530
PR	30.068	152	84	704	2.702	3.433
PE	*	*	37	427	1.446	1.913
RJ **	*	*	*	323	1.071	1.419
RN	5.578	54	34	277	723	1.024
MA	*	35	23	182	775	967
AM **	*	37	18	144	820	977
MG	70.000	319	183	2.760	5.256	8.103
DF	6.972	*	11	174	877	1.067
CE **	4.530	43	24	284	558	852
MT **	*	*	*	206	848	1.067
TO	4.031	38	26	76	752	833
RO	9.520	*	28	198	1.238	1.464
PI	7.000	40	40	207	1.174	1.388
PB	7.349	76	38	266	884	1.163
GO	16.350	115	61	508	1.826	2.361
BA	*	237	88	605	2.763	3.432
SC	15.551	157	97	381	2.779	3.194
MS	4.727	37	29	191	570	772
RR	32	*	*	09	21	32
AL	*	21	12	70	255	338
PARIS	10	*	01	05	05	10
TOTAL				17.241	50.258	68.807

* NÃO DISPONÍVEL
** RESULTADO PARCIAL
*** INCLUIDOS VOTOS NULOS E BRANCOS

ANÁLISE

LIÇÕES DE UM PLEBISCITO INTERNO

Três lições podem ser tiradas do plebiscito do PT, independentemente de posição pró ou contra a escolha vitoriosa nas urnas. As duas primeiras se referem a questões de princípios - o republicano e o democrático - e a terceira decorre de um equívoco da direção partidária.

Em primeiro lugar, trata-se de questionar o significado das erupções de inconformismo de alguns militantes com o resultado final, desde insubordinações até tentativas de querer mudar as regras do jogo depois da goleada adversária. Ora, a aceitação de normas gerais, válidas para todos, é uma exigência republicana. É o que distingue, desde os pensadores clássicos, o "governo dos homens" do "governo das leis". O regulamento do plebiscito interno foi claríssimo quanto ao caráter imperativo de seu resultado. O desrespeito a esta regra revela muito mais do que um atentado à disciplina partidária, tão cara ao PT. Revela a predominância de interesses particulares, uma falha gravíssima no sentido do comportamento republicano. Aqueles insubordinados deveriam, para manter a coerência, defender a monarquia, que é o regime por excelência do particular e do privado.

Em segundo lugar, trata-se de questionar um ponto crucial, na natureza mesma do partido: a democracia interna apoiada na soberania das bases. O PT nasceu e cresceu como uma grande novidade justamente por se opor ao modelo tradicional cupulista, tanto do "partido de vanguarda" quanto do "partido de notáveis". Ora, o resultado deste plebiscito surpreendeu de tal maneira os dirigentes que alguma coisa deve estar errada. O PT "é burro" e sua cúpula "é

inteligente", ou o partido não é mais o que pensa ser? Importantes dirigentes ficaram muito surpresos com o quorum de participação (apesar do pouco entusiasmo dos diretórios para a convocação) e desiludidos com a opção pelo presidencialismo. Tudo bem quanto à surpresa e ao desconsolo, mas a lição a ser tirada é a seguinte: ao revelar tamanho desconhecimento de suas bases, o PT caminha para se tornar mais um partido burocrático e oligárquico. Sem nenhum exagero, é um risco trágico.

Em terceiro lugar, trata-se de questionar a inépcia da direção ao convocar plebiscito sobre sistema de governo. Consultas às bases são indispensáveis em partidos democráticos. Mas, para que sejam instrumentos para atuação eficiente do partido, é preciso que a questão em causa (sobretudo quando o resultado é imperativo!) seja efetivamente importante, em termos dos princípios ou da estratégia. Ora, a definição de sistema de governo (que não implica, necessariamente, no papel do Estado) envolve uma discussão conceitual e abstrata que não poderia ter sido colocada como uma opção maior. A posição presidencialista da bancada na Constituinte, contrastando com a posterior adesão parlamentarista de vários dirigentes, já prova que a questão não pertence à essência doutrinária do partido.

Creio que vale a pena refletir e discutir sobre o significado e os possíveis desdobramentos dessas "lições".

MARIA VICTÓRIA BENEVIDES
Professora da USP

Monarquia para inglês ver

O projeto parlamentarista monarquista inclui tutores, regentes e príncipes consortes.

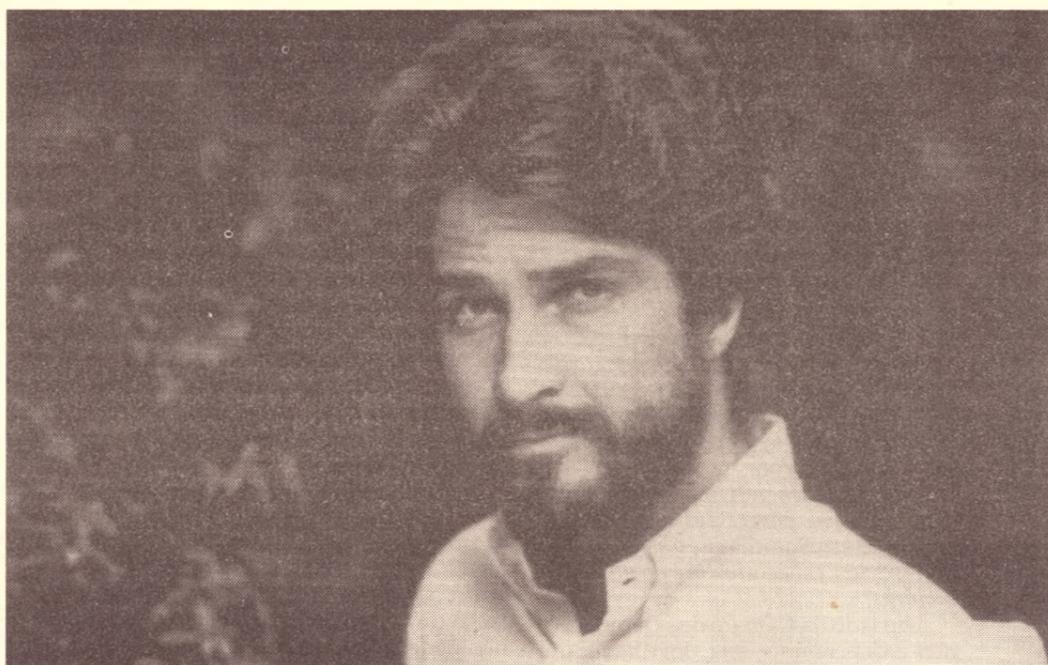
Os deputados federais que se cuidem: aprovada a monarquia, eles terão entre suas atribuições "autorizar os casamentos dos membros da Família Real", fixar a dotação orçamentária destinada à dita cuja, escolher um Regente - no caso de renúncia, morte ou impedimento do Rei, da Rainha Reinante ou sua ausência do país -, reconhecer o príncipe herdeiro e resolver eventuais problemas sucessórios.

Considerando que a família real é composta não apenas pelo casal real, mas também pelos parentes do monarca, "por vínculo consanguíneo ou resultante da adoção, até o segundo grau, inclusive, na linha reta", já podemos imaginar como ficará carregada a pauta do Congresso Nacional. Já a Justiça brasileira não terá muitos problemas: o projeto da monarquia parlamentar assegura ao Rei e à Família Real as mesmas imunidades garantidas aos deputados.

SUCCESSÃO. O projeto monarquista não estabelece quem será o rei. Mas o monarca terá que ser escolhido - não se sabe como - entre os integrantes da "dinastia histórica da Casa de Bragança" - a mesma de D. Pedro I e D. Pedro II -, que aqui no Brasil divide-se em dois ramos: o de Petrópolis e o de Vassouras. Este último é ligado a uma conhecida organização de direita - a TFP (Tradição, Família e Propriedade).

Caberá à Câmara dos Deputados "proclamar o Rei". E também declarar que o Príncipe Herdeiro (ou Princesa) está apto para o desempenho das funções reais - depois disso e de um juramento de fidelidade à Constituição, às leis do Reino e ao Rei, o futuro herdeiro receberá o título de "Príncipe ou Princesa do Grão-Pará".

Na hipótese de impedimento do Rei, ou em sua ausência do País, caberá ao herdeiro assumir a Regência. Mas se ele for menor de idade, caberá à Câmara dos Deputados



Joãozinho: um rei Play boy e eleitor da esquerda

escolher, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, um Regente.

Caso a monarquia vença o plebiscito de 21 de abril, as rainhas poderão ser "reinas"; mas o poder moderador será delegado *privativamente* ao Rei, que poderá dissolver a Câmara dos Deputados (ouvido o Conselho de Estado), nomear e destituir o Primeiro-Ministro (mediante aprovação de voto de confiança ou desconfiança da Câmara dos Deputados), presidir o Conselho de Estado, autorizar referendo e convocação de plebiscito, e exercer o comando supremo das Forças Armadas, entre outras atribuições.

PARLAMENTARISMO. Apesar de machista, o projeto monárquico não reestabelece o absolutismo. Pelo contrário, toda a propaganda monarquista tem destacado que a presença do poder moderador - pretensamente distante dos partidos, das ambições miúdas da política - seria a garantia de que o parlamentarismo vai funcionar em nosso país. A proposta do parlamentarismo monárquico é, sob vários aspectos, semelhante ao proposto pela Frente Parlamentarista Ulysses Gui-

marães (ver **Brasil Agora** nº 35). Mas há diferenças importantes.

A principal delas é a adesão ao voto distrital misto em todos os níveis (nacional, estadual e municipal.) Além disso, se depender do projeto monarquista, os estados mais populosos continuarão sub-representados na Câmara dos Deputados. Outra diferença importante entre o parlamentarismo monárquico e o da Frente Ulysses Guimarães está na sistemática de escolha do Primeiro Ministro: caso o candidato a primeiro-ministro, indicado pela coligação majoritária, não obtenha a aprovação da maioria absoluta da Câmara dos Deputados, haverá uma segunda votação, quarenta e oito horas depois, em que o primeiro-ministro será considerado aprovado caso obtenha "maioria dos votos, presente a maioria dos membros da Câmara". Ou seja: um Primeiro-Ministro não necessariamente majoritário. Não havendo a escolha, o Rei ou a Rainha Reinante poderão, ouvido o Conselho de Estado, dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

Uma moção de censura só poderá ser proposta decorridos seis meses da posse do Primeiro-Ministro. Mas para propor

uma moção de censura é necessário o apoio de um terço dos deputados; e a moção só poderá ser adotada desde que seja aprovado simultaneamente, o nome do Primeiro-Ministro sucessor. Rejeitada a moção de censura, "seus signatários não poderão subscrever outra, antes de decorridos seis meses de apresentação da primeira moção." O que equivale a dizer que muito dificilmente a oposição conseguirá derrubar um Primeiro-Ministro.

O projeto monárquico estabelece ainda que "o líder da minoria e o colégio de seus vice-líderes, incumbidos de acompanhar os assuntos relativos aos ministérios existentes, gozarão, no que couber, na forma regimental, de tratamento compatível com o concedido em lei ao Primeiro-Ministro e aos demais integrantes do Conselho de Ministros". Noutras palavras, o "governo paralelo" ou "governo sombra" da oposição ganha estatuto constitucional.

MUNICÍPIOS. Os monarquistas estabelecem um prazo bastante curto para que o parlamentarismo seja adotado nos estados e nos municípios: 17 de junho de 1994, no primeiro caso,

e 17 de junho de 1996, no segundo. Os atuais prefeitos e governadores continuariam exercendo seus mandatos, como minichiefes de Estado, acompanhados respectivamente de um Primeiro-Secretário Estadual (eleito pelos legislativos estaduais) e de um Primeiro-Secretário Municipal (eleito pelos legislativos municipais), responsáveis pela chefia de governo.

Para viabilizar toda esta engenharia política, o projeto monárquico adere à fidelidade partidária.

Em contrapartida, há uma disposição draconiana para os pequenos partidos: "somente terão representação na Câmara dos Deputados ou nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais quando alcançarem, no mínimo, cinco por cento do total de votos em, pelo menos, um terço, respectivamente, dos Estados, ou dos Municípios que integram a unidade federada, ou dos distritos de cada Município".

Por último, os monarquistas defendem que a revisão constitucional decorrente do resultado do plebiscito seja submetida a referendo popular, noventa dias após sua promulgação. Quando, como sugeriu uma especialista no assunto, Glória Pereira da Cunha, o povo poderá defender a criação do Reino Unido do Brasil e da Suécia. Para o que basta coroar a Rainha Sílvia, casada com Rei Alberto. Sem fazer força, pelos milagres de que um plebiscito é capaz, o país entrará no primeiro mundo.

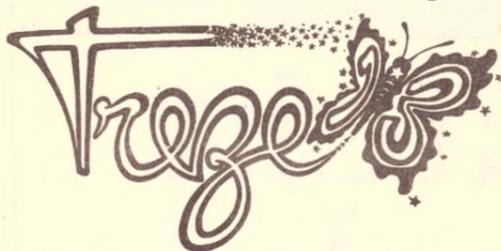
VALTER POMAR



Atenção Diretórios

A **Loja Treze** apresenta mais uma vez seus produtos para que os diretórios façam suas finanças e divulgações.

Faça seu pedido por carta enviando cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, ou então telefone para (011) 37-6651 e fale com a Pita. Faça um bom negócio. Ligue já.



LOJA CDM-PT-SP

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação. Fone: (011) 37-6651 - Fax: (011) 258-5761

OFERTAS ESPECIAIS

Produto	Cr\$	Produto	Cr\$
Estrela Metal (Peq. Solda)	15.000,00	Camisetas PT (Tam. XG e XXG - Branca)	
Estrela Metal (Méd. Cola)	10.000,00	Brilhando Cada Vez Mais	100.000,00
Estrela Metal (Méd. Solda)	17.000,00	Optei (Desenho pequeno)	100.000,00
Estrela Metal (Gde. Solda)	20.000,00	PT (Desenho pequeno)	100.000,00
Estrela Metal pingente	15.000,00	Nosso Céu Tem Mais Estrelas	100.000,00
Broche Fundação PT e CUT	25.000,00	Por Quê 94 Não Chega Logo	100.000,00
Broche Lula (4 modelos)	20.000,00	Lula Brasil	100.000,00
Broche Bandeiras do Brasil e do PT	25.000,00	Feliz 94 (G e GG)	120.000,00
Chav. Lula, PT, OPTEI, CUT	32.000,00	Camis. Alternativas (XG e XXG - Branca)	
Lapela alfinete redondo peq.	10.000,00	Analfabeto Político	130.000,00
Lapela alfinete red. dourado med.	15.000,00	Che (Foto e Poema)	130.000,00
Lapela alfinete retangular peq.	12.000,00	Ghandhi	130.000,00
Caneta PT Branca e Vermelha	15.000,00	e mais 50 modelos	sob consulta
Adesivo Lula Brasil/Feliz 94	10.000,00	Camisetas Ecológicas (XG e XXG - Branca)	
Adesivo Brilhando Cada Vez Mais	10.000,00	Índios (Quatro Modelos)	130.000,00
Adesivo Estrela	6.000,00	Bordada (P, M e G - Vermelha)	
Bonê PT e CUT	100.000,00	PT e CUT	160.000,00

Condições especiais para Diretórios: Acima de Cr\$ 1.500.000,00: 20% à vista ou cheque para 5 dias s/desconto. Acima de Cr\$ 2.500.000,00: 25% à vista ou cheque para 10 dias s/desconto. Acima de Cr\$ 3.500.000,00: 30% à vista ou cheque para 10 dias + 10% desconto.

GOFFREDO DA SILVA TELLES JR.

“Não estamos de braços cruzados”, diz o jurista Goffredo da Silva Telles Jr., que fez do seu escritório um centro de debates políticos aberto a todas as tendências. Deputado constituinte em 1946, eleito por uma coligação do Partido Social Democrático (PSD) e Partido de Representação Popular (PRP), ele hoje vê limitações no Congresso e chega a propor a democracia direta nas grandes decisões do país. Em entrevista a Mouzar Benedito, ele defende a República - “um passo para a democracia” - e critica com veemência a monarquia, um regime sem povo.

Por que defender a República?

Nós defendemos a República no Brasil porque a República da nossa história constituiu um passo importante no sentido da democratização das nossas instituições. O que se tem alegado continuamente é que a República funcionou muito mal durante décadas e décadas, após a sua proclamação. Eu devo dizer, sem querer de forma nenhuma menosprezar quem quer que seja, que durante todo o Império no Brasil, durante toda a Primeira República no Brasil, faltou um elemento fundamental, que caracteriza as democracias. Este elemento é um personagem essencial em todo regime democrático. Esse personagem se chama povo.

No Império não havia um povo, e em toda República, até 1930, não havia um povo. O povo ingressou no palco da política brasileira após a Revolução de 1930. Só isto explica muita coisa e dá resposta a muitas das nossas indagações sobre o Império, a monarquia, a República e o problema da democracia no Brasil. É claro que a democracia não pode funcionar quando o povo não é soberano.

Quer dizer que o regime republicano nunca foi aplicado plenamente, no Brasil?

Não, em absoluto. Apenas a República foi um primeiro passo para que se chegasse um dia a um regime que merecesse o nome de democracia. Porque mesmo após a Revolução de 1930 e com o ingresso do povo no palco da democracia, custou muito para que ele se manifestasse de maneira organizada.

Em sem organização popular é impossível falar em democracia. Quando eu vejo na televisão a propaganda da monarquia fundada na democracia brasileira, eu tenho um gesto de revolta contra a escandalosa mentira que se quer passar para o povo. A monarquia foi o contrário da democracia, no Brasil. Um pequeno grupo de homens decidiam de maneira soberana, sem a menor consulta à vontade popular. Mesmo porque essa consulta seria impossível, porque não havia povo organizado.

Não havia canais de participação, não é? O próprio voto era direito restrito de uma classe econômica.

Não havia canais através dos quais o povo pudesse se manifestar. É verdade que o povo nem vontade tinha para se manifestar. Não existiam canais, mas não existia também vontade, porque era um povo despreparado, desorganizado, analfabeto, um povo absolutamente incapaz de introduzir uma vontade consciente na política brasileira. Havia um pequeno grupo de homens, cujo patriotismo, cujo idealismo talvez realmente existisse em muitos - acredito mesmo que havia, tivemos estadistas no Império, incontestavelmente -, mas o que não havia era vontade popular. E mesmo depois da proclamação da República, a vontade popular só começou a se manifestar, a princípio timidamente, a partir de 1930. E aos poucos os canais se foram instituindo, a coisa foi muito lenta. O Brasil até que evoluiu de uma maneira evidente. Hoje existem, sem dúvida nenhuma, órgãos para manifestação do povo. E existem partidos.

O senhor acredita que os partidos atuais são autênticos?

Não. “Existem” partidos. Um ou outro é realmente capaz de exprimir a vontade popular. Eu vejo com uma certa tristeza o desaparecimento, por exemplo, do Partido Comunista. Que realmente fosse um partido de idéias absolutamente claras, fiel a essas idéias. Tenho receio dessa fidelidade não existir. Mas eu vejo o Partido dos Trabalhadores, que é expressivo, que realmente representa a vontade de um setor importantíssimo da população. Agora, há grandes partidos que não têm nenhuma significação ideológica, nenhuma significação doutrinária e, portanto, não são verdadeiros canais para exprimir a vontade dos diversos setores da população. E é este exatamente o motivo pelo qual eu não acredito que seja este o momento oportuno para a instalação do parlamentarismo no Brasil.

Embora em tese eu considere o parlamentarismo um regime mais evoluído, mais perfeito, mais sensível que o presidencialismo, eu não gostaria de ver prejudicada a tese parlamentarista com a implantação do parlamentarismo num momento em que a situação não está suficientemente preparada para receber este regime. Na dúvida, eu prefiro ficar com o presidencialismo, cujo progresso no Brasil - apesar de tudo que se diga - é incontestável... Eu posso dizer isso de cátedra, porque acompanhei quase um século de evolução.

Se o presidencialismo ganhar o plebiscito, como parece ser a tendência, quais são as reformas que o senhor julga necessárias, especialmente no poder Judiciário?

Ao lado da Câmara dos Deputados, mas independente dela, deve haver um fórum, um consistório, uma ágora, um lugar onde o povo possa se manifestar diretamente sempre que uma determinada questão estivesse em causa.

Por exemplo: discute-se o problema do salário-mínimo, então esse problema não pode ser discutido exclusivamente pelos líderes do governo em contato com

os líderes partidários. Eu estou convencido que numa questão como esta, ou a questão universitária, a questão da reforma agrária, é preciso que os representantes dos grupos naturais da sociedade, como os sindicatos, por exemplo, possam nomear os seus representantes autênticos para que discutam diretamente com os órgãos planejadores do governo, num ambiente onde não entrem em absoluto interesses políticos individuais ou partidários.

Seria uma coisa mais próxima da democracia direta?

O ideal mesmo seria a democracia direta, é claro. Mas é claro também que é impossível a democracia direta em todos os dias, em todas as questões. Não se pode, por exemplo, chamar toda a população do país para se saber se pode ou não pode calçar uma rua. Mas a representação deve ser direta nas questões fundamentais do país. Quando estiver em jogo, por exemplo, uma questão operária, uma questão dos trabalhadores, que se possa mandar o Vicentinho, o Lula, que se possa mandar gente assim, altamente credenciada, para discutir junto aos órgãos planejadores do governo.

Agora, quanto ao poder Judiciário, é preciso que ele esteja equipado e suficientemente competente, autorizado, para acompanhar a evolução dos processos. O grande defeito do poder Judiciário é a lentidão do julgamento dos processos. Mas não se atribua essa lentidão à descúria dos juizes. Não me parece isso, porque os juizes têm montanhas de processos em suas mesas, e não dão conta. Quer dizer, a organização judiciária é deficiente, não acompanhou a evolução da sociedade. De maneira que é preciso que haja uma reforma judiciária e que o Judiciário esteja em condições de atender às exigências de uma sociedade cada vez mais numerosa e mais complexa.

O senhor falou da propaganda da monarquia na TV. Como o senhor vê a manifestação, e até a participação na propaganda a favor da monarquia, de intelectuais, artistas e até negros?

Eu vejo com uma certa tristeza. Claro que estamos numa democracia e cada um deve pensar como bem quiser. Mas que pense com os elementos que tem. Quando eu vejo, por exemplo, um Yves Gandra defender a monarquia, eu acho normal, natural. O Yves Gandra é um homem ligado a conceitos religiosos muito estreitos e a monarquia está muito ligada a essas idéias. O Dr. Yves acha que parlamentarismo só funciona na monarquia. Então ele chega à monarquia pelo parlamentarismo.

Agora, o que eu tenho observado na maioria dos casos é que há uma deficiência de informação. Eu conheço diversas pessoas que votam no rei como votariam no cacareco: “Tá tudo tão ruim, não dão solução, então voto no cacareco. Não tem cacareco, então voto no rei”. Mas quando se pergunta “que rei?”, não sabem. Ou então dizem: “Vou votar na monarquia como gesto de revolta”.

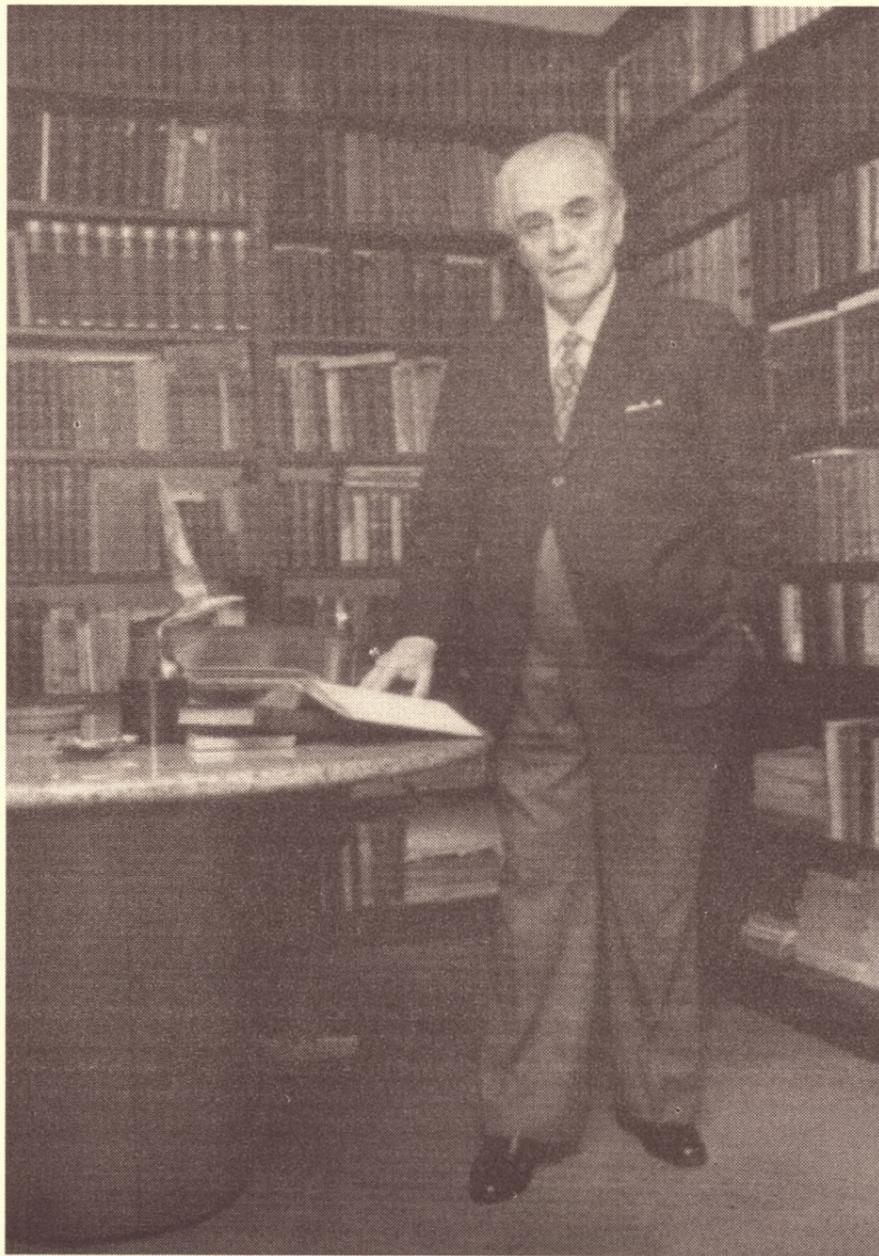
O senhor chegou a falar um pouco sobre a democracia direta em questões essenciais. Isso leva a uma questão: no regime republicano só há duas alternativas, o parlamentarismo e o presidencialismo? Não há outra opção?

A opção é, a meu ver, a melhoria do regime presidencial, até que o Brasil esteja em condições de aceitar um regime parlamentarista. Não há propriamente uma terceira opção, que se distinguisse tanto de um quanto de outro regime. Mas o que é importante não é propriamente o presidencialismo ou o parlamentarismo. O que é essencial é o desenvolvimento do país. Desenvolvimento que independe do presidencialismo ou do parlamentarismo. O que tudo indica é que o presidencialismo precisa ter melhorada a sua forma representativa para favorecer o desenvolvimento.

O Brasil está tolhido, está amarrado, não propriamente por este ou aquele regime, mas por questões da nossa organização capitalista. Se nós não alterarmos esta organização capitalista, ela não se alterará com a adoção do parlamentarismo, porque o poder econômico continuará dominando as forças políticas da nação.

O problema não é o regime político, é o sistema econômico...

E eu duvido que pelo simples fato de termos um regime parlamentarista nós vamos mudar esse sistema econômico, obrigatoriamente. A mudança do regime econômico não depende absolutamente da instituição do regime parlamentar no nosso país. E depois, o que eu verifico é que, uma vez instituído o regime parlamentar, nós estaríamos instituindo um regime de crises contínuas. O que não se tem dito como se deveria dizer é que quando se quer mudar o primeiro-ministro, num regime parlamentar, mudam-se todos os ministros. Digamos que o Haddad fosse primeiro-ministro. Quem quer tirar o Haddad tem que tirar todo o gabinete, quer dizer, todos os ministros saem. O ministro da Saúde, o da Agricultura... todos. Quer dizer, todos os planos têm que ser alterados com a mudança do ministério. Estará o Brasil em condições de arcar com um regime deste tipo?



CÉSAR TIBIRÉ/ FOLHA IMAGEM

Democracia só com povo soberano

O primeiro disco a gente nunca esquece

Gravadora da prefeitura de Niterói dá chance aos novos e faz sucesso

Onde já se viu isso? O poder público financiar e promover cultura com eficiência? Pois é. Em Niterói, a 15 km do Rio, é assim. Desde maio de 1991, a prefeitura deste município criou um selo independente que já colocou na praça algo em torno de 35 álbuns de gente talentosa sem espaço nas gravadoras convencionais. Ligado à Secretaria de Cultura, o selo Niterói Discos paga - com recursos a fundo perdido - a gravação, mixagem, prensagem, capa e encarte de mil discos, que os artistas podem colocar embaixo do braço para venda ou até mesmo usar como cartão de visitas diante das grandes gravadoras.

"Nosso objetivo não é concorrer com a indústria fonográfica, mas sabemos que nossa contribuição é importante para tirar a música brasileira da mesmice", observa Chiquinho Aguiar, coordenador do projeto. Para participar de uma produção da Niterói Discos, o artista precisa ter nascido no município ou viver nele há pelo menos cinco anos. O material a ser gravado precisa ser inédito. "Desta forma, nosso laboratório serve também para revelar uma nova safra de compositores", destaca.

A seleção dos trabalhos é feita por uma comissão formada por produtores musicais, jornalistas e radialistas. Não há preferência assumida por gêneros musicais no selo. Já foram gravados álbuns de MPB, rock, blues, country, instrumental, chorinho, clássico, samba, reggae, funk e até ritmos cubanos - estes últimos por ocasião da Semana Niterói-Cuba, no final de 1991.

DE OLHO NO CD. Além de revelar novos cantores, músicos e compositores, esta iniciativa pioneira abre espaço para uma nova geração de produtores, fotógrafos e artistas plásticos. As capas dos discos são bem produzidas, alcançando o padrão técnico e artístico das grandes gravadoras. As gravações são feitas em estúdios de 16 canais. De olho na onda do compact disc, Chiquinho anuncia novos planos. "Estamos de posse de uma pesquisa que revela a preferência do público pelo CD, que já ultrapassou o vinil no volume de vendas. Precisamos trabalhar com esta nova possibilidade."

Por trás de um projeto como esse tem que haver vontade política. A idéia surgiu da cabeça do antigo prefeito da cidade, Jorge Roberto da Sil-



veira (PDT). Nos anos 70, ele foi guitarrista de uma banda de rock chamada Os Corsários. "Este pode ter sido o início de tudo, pois gravar um disco nesse país não é coisa fácil", revela Chiquinho. Em outubro, Jorge Roberto fez o sucessor e o projeto continua a pleno vapor, com toda a equipe da Secretaria de Cultura mantida em seus cargos.

FERAS E NOVATOS. Nem só

de principiantes vive a Niterói Discos. Artistas com trabalhos já reconhecidos pelo público e pela crítica já gravaram ou estão finalizando a produção de suas "bolachas". É o caso de Marília Medalha, Bia Bedram, Artur Maia, Alexa Malheiros (baixista do trio Azymuth) e Miltinho do MPB-4. Há também casos como os de Tião Neto e Rui Motta, dois músicos que nunca tiveram a oportunidade de mostrar um traba-

lho solo. Baixista, Tião já tocou com Tom Jobim e Chico Buarque, mas nunca assinou um trabalho só seu. Já Rui (quem não se lembra?) era o baterista dos Mutantes, um baluarte do rock brasileiro nos anos 70.

Mas o principal objetivo do projeto é mesmo lançar gente nova. Neste time há lugar para todos. O grupo Dito e Feito, por exemplo, deixou de lado os clássicos do chorinho para compor suas próprias canções.

Resultado: um trabalho de bom gosto. A experiência se repete com Glória Latini e Fred Martins, dois compositores e intérpretes de futuro.

No ecletismo do projeto, até a música clássica tem vez. O Núcleo de Música Antiga da UFF (Universidade Federal Fluminense), especializado em música renascentista, será um dos próximos lançamentos. Também sairá este ano o álbum de Odegar Brígido, 61 anos, autor de cantatas religiosas e de duas óperas. Mesmo citado em guias de música clássica no exterior, ele nunca gravou.

APESAR DO JABÁ. "O trabalho que desenvolvemos aqui não precisa tocar nas rádios para sobreviver", avalia Chiquinho Aguiar, lembrando a lógica do jabaculé que predomina nas emissoras. De qualquer maneira, o retorno sempre existe. Nas noites de maio e junho, o Jazzmania (badalada casa de espetáculos da zona sul carioca) apresentará a I Mostra Niterói Discos. "Há também uma resposta favorável por parte da crítica, o que nos leva a seguir em frente", alega-se. O coordenador do selo exhibe recortes de jornais elogiando o último lançamento do selo, a Orquestra de Sax.

A veia artística do pessoal da cidade não pode ser desconsiderada. Basta saber que o vencedor do prêmio Grammy deste ano na categoria World music foi justamente um niteroiense: Sérgio Mendes. "Se ele quiser, grava com a gente a qualquer momento. Ele preenche os nossos requisitos", avisa Chiquinho.

A experiência da prefeitura de Niterói é um raro exemplo de como promover cultura com qualidade em tempos bicudos. Sorte para os artistas da cidade, que passam a contar com um mecenas de peso, pois afinal o primeiro disco a gente nunca esquece.

AFFONSO NUNES,
do Rio de Janeiro



ASSINE O BRASIL AGORA E VOE DE GRAÇA PARA CUBA

Fazendo uma assinatura de apoio do **Brasil Agora** em duas vezes, você ajuda a construir uma imprensa crítica e livre, e ainda concorre a uma viagem de uma semana a Cuba, incluindo passagem aérea, traslado de chegada e saída, visto, seguro de viagem e 6 diárias com meia pensão no Hotel Tuxpan, na maravilhosa praia de Varadero.



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 221-5853.

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 310.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 610.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 990.000,00

ESTA PROMOÇÃO É VÁLIDA PARA ASSINATURAS DE APOIO FEITAS A PARTIR DE 21/01/93. SERÁ SORTEADA UMA VIAGEM NO 2º SORTEIO, DIA 07/06/93 NA SEDE DO JORNAL.

FILMES COMENTADOS

Os imperdoáveis (Unforgiven), Dir. Clint Eastwood. Com Clint Eastwood, Gene Hackman, Richard Harris e Morgan Freeman. **Perfume de Mulher** (Scent of a woman), dir. de Martin Brest. Com Al Pacino, Chris O'Donnell, James Rebhorn e Gabrielle Anwar. **Questão de Honra** (A few good men), dir. de Rob Reiner. Com Jack Nicholson, Tom Cruise, Demi Moore e Kevin Pollack. **Hoffa - um homem, uma lenda** (Hoffa), dir de Danny de Vito. Com Jack Nicholson, Danny De Vito, Armand Assante e J. T. Walsh.



Hackman: Lex Luthor em Wyoming



Hoffa: adeus aos princípios

A América não é mais aquela

Atrás de valores clássicos, o cinema dos EUA revive as ilusões perdidas de um mundo menos ruim.

Um conjunto de filmes promovidos pelo Oscar propõem um enigma: onde se encontra a América? Pois o tema dos dois - *Os imperdoáveis*, *Perfume de mulher* - é o da busca da América, o mito da terra prometida e da esperança, que sumiu, foi-se para alguma parte desconhecida do outro lado do mundo. A estes dois filmes junta-se, em cartaz, dois outros, que também, com menor sucesso, andaram rondando o Oscar: *Hoffa* e *Questão de honra*, ambos com Jack Nicholson no papel principal.

O HOMEM REPELENTE. *Os imperdoáveis* ganhou os prêmios de melhor filme, direção, montagem e coadjuvante, atribuído ao genial Gene Hackman que fazendo o papel de um homem repelente, consegue divertir e fazer graça: uma espécie de Lex Luthor, do *Superman*, à solta em Wyoming. É um faroeste desalinado, feito de conflitos psicológicos e relativamente de pouca ação. Lembra o histórico *Johnny Guitar*, com Joan Crawford e direção de Nicholas Ray, mas tem menos tensão e é de ação lenta, não rarefeita, como a deste. Clint Eastwood vive o exbandoleiro que sabe que foi mau, mas não sabe mais quem é. Está face a face com o jovem que quer ser durão como ele, mas é míope, não enxerga para onde deve atirar (qualquer alegoria da atual situação da América não é mera coincidência). Os seus adversários, que maltratam e desprezam mulheres a ponto de desfigurá-las, vão fazendo maldades e maldades até enchê-lo, fazer com que ele destampe a garrafa e beba do líquido infernal, ou do espírito da vida. Daí para diante ninguém segura: o conflituado faroeste vira bang-bang à italiana e morrem quase todos os muitos maus, (porque maus são todos), ficando alguns para exemplo e escarmento. Este é um ponto fraco: para um filme inovador, o roteiro é muito previsível. Entre as qualidades, está a fotografia. A cidadezinha de Wyoming parece mais a Los Angeles de *Blade Runner*, com aquela chuva infernal, do que as tradicionais e longíquas cidades do velho oeste. Nesta terra maldita, todos são bandidos e todos lutam contra todos. Eastwood,

para afirmar-se, se estriba em fiapos de valores: respeito à mulher, fidelidade ao passado (ao amigo assassinado), amizade. Desanda nele, de seu conflito interno, entre voltar a ser o que fora, ou esquecer-se de si, o aparecimento do anjo exterminador na terra da opressão. O imaginário norte-americano é fortemente marcado pelo livro do Êxodo, a busca revolucionária da Terra da Promissão pelo povo eleito. Mas ali ninguém é eleito, não há legislador; como diz o pistoleiro inglês, os EUA são uma terra onde o esporte é atirar em presidentes. O oeste se desfaz numa sociedade de rufidões, de blá-blá-blás, onde não há legislador nem lei, num clima de dissolução e violência que lembra a América de hoje, a Nova York de miséria e criminalidade desatada. A América procura a América. Clint Eastwood encontrou. Mas some. Para onde foi? São Francisco, para ganhar a vida como comerciante. É o desencanto final: os heróis também morrem, mesmo em vida.

O MELHOR CEGO. Já *Perfume de mulher* tem melhor roteiro: afinal é a refilmagem de um sucesso de Vittorio Gassman. Ganhou merecidamente melhor ator para Al Pacino que, confesso, faz o melhor cego que já vi em filmes. Aqui, numa atmosfera de comédia amarga, vai-se em busca dos valores da educação. O que é educar um jovem? Num fim de semana em Nova York com um cego desesperado, o jovem estudante aprende mais sobre tudo do que já aprendera em toda a sua vida, inclusive na escola granfa que frequenta a duras penas. O jovem aprende, ou seja, deixa sair de dentro o que já sabe, e conecta-se assim com o mundo. O que sabe? Integridade, autenticidade. Não negocia o seu futuro, nem quando o cego ameaça matá-lo, nem quando o diretor da escola ameaça promovê-lo em troca de uma denúncia. Há um momento da vida em que ou se está de um lado ou de outro. Não há como negociar com bandidagem. O rapaz não aceita o suicídio do cego nem o suicídio moral que o diretor lhe propõe. Pacino, por sua vez, vive um personagem amargo que quer ter um último fim de semana entregue à *la joie de vivre*. Ca-

nastrão, irresponsável, corajoso, diz graçolas para mulheres e as faz rodopiar num tango maravilhoso, corajoso, em época onde advogados andam aconselhando homens a obterem consentimento por escrito de mulheres antes de levá-las para a cama. Em suma, os dois revivem uma América de sonhos, temperada pelo amargor de que ela encolhe.

QUEIMA DE ARQUIVO. *Hoffa* é uma história sinistra de corrupção e

queima de arquivo, baseada na biografia real do sindicalista que chega a presidência do provavelmente maior sindicato do mundo, o dos caminhoneiros norte-americanos, que há dez anos tinha quase 1,9 milhão de filiados. É uma história de envolvimento com a Máfia e a política dos republicanos. Assim mesmo há um toque de nostalgia: há uma certa integridade em Hoffa, o personagem. Havia algo de épico naquele sindicalismo dos anos 30; no esforço de Hoffa, que inicialmente ganhava por

operário sindicalizado, para neutralizar os "carcamanos", ou seja, os mafiosos que o patronato empregava como fura-greves ou como espancadores de grevistas. Por aí Hoffa descobre o rumo da *cosa nostra*, e é na luta por melhorar a situação dos seus confrades que traí os ideais de solidariedade e integridade que eram a fachada do sindicato. O tema é fascinante, Nicholson é incrível, mas o roteiro é pobre e a direção, frouxa: ficam lacunas e lacunas na construção do personagem; perde-se, inclusive, um efeito notável, que é o de que Hoffa, espremido entre a máfia e os patrões, prefere negociar com a máfia: são mais honrados, cumprem a palavra.

REDUTO DE DURÕES. *Questão de honra* revive os clássicos de tribunal e fé nas instituições. Trata de um tema espinhoso: a base de Guantánamo, em Cuba, reduto dos durões e herdeira ainda da política da guerra fria. Ali comanda um coronel (novamente o incrível Nicholson) que tem sua versão pessoal do American Way de fazer as coisas. Ao "corrigir" um recruta, provoca uma situação em que este morre. Daí seguem-se as investigações e a inevitável luta contra os trambuges de bastidor que os poderosos sempre aprontam. Novamente põe-se em jogo, desta vez numa trama mais ingênua, a questão sobre onde foi parar a verdadeira América, se nas mãos do coronel corrupto ou se nas mãos do jovem que deve crescer à altura da integridade de seu pai, que fora também advogado. É claro que salvam-se as instituições.

HORA DA SAUDADE. Há algo de pobre no reino neoliberal. Algo não deu certo. A América não é mais aquela. Aquela dos mitos da boa esperança. Está mais para Cabo das Tormentas. Mesmo com falhas e com todo o esquema comercial, o cinema americano, quando pode, continua grande e investigativo. Hoje é um pequeno grande, mas já chega para dar saudades. Vou logo à videoteca atrás de *Vera Cruz*, *Os profissionais*, *Crepúsculo de uma raça*, *Meu ódio será tua herança*, *O homem que matou o facinora*, *No tempo das diligências*, *O homem do oeste* - isso só para começar.

FLÁVIO AGUIAR



Pacino: um cego porreta



BRASIL AGORA

